



A NECESSÁRIA SALVAGUARDA DAS CIDADES UNIVERSITÁRIAS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO PAÍS

*LA NECESARIA SALVAGUARDIA DE LAS CIUDADES UNIVERSITARIAS COMO FORMA DE
PRESERVAR LA MEMORIA DEL PAÍS*

*THE NECESSARY PROTECTION OF UNIVERSITY CITIES AS A WAY OF PRESERVING THE
COUNTRY'S MEMORY*

Eixo 1 – Patrimônio, democracia e direitos humanos
Construção, reconstrução e transformações das políticas e instituições culturais

Marco Antonio Farias Coutinho

Doutor em Desenvolvimento Urbano – Conservação Integrada
Universidade Federal da Paraíba, marcoafcoutinho@gmail.com

Patrícia Alonso de Andrade

Doutora em Arquitetura e Urbanismo – Urbanismo
Universidade Federal da Paraíba, pataalonso@gmail.com

Resumo:

Considerando a relevância histórica da criação da Universidade do Brasil e das universidades federais brasileiras, o trabalho investiga a formação da Universidade Federal da Paraíba, UFPB – fundada em 1960 – a concepção urbanística da sua Cidade Universitária a partir de 1963, sua construção e expansão, até os dias atuais. Utiliza como estudo de caso o Centro de Tecnologia, primeiro conjunto edificado do *campus* e composição típica da Arquitetura Moderna. Além de valor histórico, urbanístico, arquitetônico e artístico, a Cidade Universitária da UFPB apresenta uma inegável importância ambiental por ter sido implantada em meio a uma área remanescente de Mata Atlântica, estando hoje rodeada por Áreas de Preservação Ambiental. Expõe-se o pensamento urbanístico inicial bastante cuidadoso ao instalar as edificações em meio à floresta, buscando o equilíbrio entre áreas livres e construídas. Demonstra-se também como, ao longo do tempo, esse planejamento foi posto de lado, dando início a uma ocupação desvirtuada e excessiva do território, com diminuição da cobertura vegetal, além da redução da qualidade tectônica das novas construções. Revela-se que as gestões administrativas da UFPB vêm promovendo processos equivocados e degenerativos de manutenção em edifícios da primeira geração dotados de valor cultural. A metodologia da pesquisa baseia-se em processos de salvaguarda de órgãos patrimoniais – notadamente o IPHAN e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, que atuou no centro antigo da capital paraibana de 1986 a 2006. São estabelecidos procedimentos para patrimonialização: 1) Identificação dos conjuntos edificados, pesquisa histórica, inventariação e levantamento do estado de conservação; e 2) Reconhecimento do valor cultural. Busca-se, assim, contribuir para ações subsequentes e entendidas como necessárias para a salvaguarda da Cidade Universitária da UFPB: cadastramento dos bens e ulterior tombamento; arrematando com a normatização, refletindo princípios e critérios que orientem intervenções futuras no *campus*.

Palavras-chave: cidades universitárias; Arquitetura Moderna; Patrimônio Cultural; preservação; memória.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

Resumen:

Considerando la relevancia histórica de la creación de la Universidad de Brasil y de las universidades federales brasileñas, el trabajo investiga la formación de la Universidad Federal de Paraíba, UFPB – fundada en 1960 – el diseño urbano de su Ciudad Universitaria a partir de 1963, su construcción y ampliación, hasta hoy. Su estudio de caso es el Centro Tecnológico, primer conjunto de edificios del campus, ejemplo de la Arquitectura Moderna. Además de valor histórico, urbano, arquitectónico y artístico, la Ciudad Universitaria de la UFPB tiene innegable importancia ambiental, ya que fue ubicada en medio de una zona de Mata Atlántica y hoy está rodeada de Áreas de Preservación Ambiental. Se expone el pensamiento urbanístico inicial, cuidadoso a la hora de instalar las edificaciones en medio del bosque, equilibrando zonas abiertas y construidas. Se demuestra cómo, con el tiempo, esta planificación fue dejada de lado, dando lugar a una ocupación distorsionada y excesiva del territorio, con reducción de la cobertura vegetal, además de reducción de la calidad tectónica de las nuevas construcciones. Se revela que la gestión administrativa de la UFPB viene promoviendo procesos de mantenimiento erróneos y degenerativos en edificios de la primera generación con valor cultural. La metodología de la investigación se basa en procesos de salvaguardia de organismos patrimoniales – en particular el IPHAN y la Agencia Española de Cooperación Internacional, que operó en el casco antiguo de la capital de Paraíba de 1986 a 2006. Se establecen procedimientos para la patrimonialización: 1) Identificación de los conjuntos edificados, investigación histórica, inventario y estudio del estado de conservación; y 2) Reconocimiento del valor cultural. El objetivo es contribuir a acciones posteriores entendidas como necesarias para salvaguardar la Ciudad Universitaria de la UFPB: registro y posterior salvaguardia; terminando con la legislación, reflejando principios y criterios que orienten futuras intervenciones en el campus.

Palabras-clave: ciudades universitarias; Arquitectura Moderna; Herencia cultural; preservación; memoria.

Abstract:

Considering the historical relevance of the creation of the University of Brazil and Brazilian federal universities, the paper investigates the formation of the Federal University of Paraíba, UFPB – founded in 1960 – the urban design of its University City from 1963, its construction and expansion, until the present day. Its case study is the Technology Center, the first building complex on the campus, a typical composition of Modern Architecture. In addition to its historical, urban, architectural and artistic value, the UFPB University City has undeniable environmental importance as it was located in the middle of a remaining area of the Atlantic Forest, and is today surrounded by Environmental Preservation Areas. The initial urban planning thought is exposed, which was very careful when installing the buildings in the middle of the forest, seeking a balance between open and built areas. It is also demonstrated how, over time, this planning was set aside, giving rise to a distorted and excessive occupation of the territory, with a reduction in vegetation cover, in addition to a reduction in the tectonic quality of new constructions. It is revealed that UFPB's administrative management has been promoting erroneous and degenerative maintenance processes in first generation buildings with cultural value. The research methodology is based on safeguarding processes carried out by heritage organizations – notably IPHAN and the Spanish Agency for International Cooperation, which operated in the old center of the capital of Paraíba from 1986 to 2006. Procedures for patrimonialization are established: 1) Identification of sets buildings, historical research, inventory and survey of the state of conservation; and 2) Recognition of cultural value. The aim is, therefore, to contribute to subsequent actions understood as necessary to safeguard the UFPB University City: listing and subsequent safeguard; finishing with legislation, reflecting principles and criteria that guide future interventions on the campus.

Keywords: University cities; Modern Architecture; Cultural Heritage; preservation; memory.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

A NECESSÁRIA SALVAGUARDA DAS CIDADES UNIVERSITÁRIAS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO PAÍS

INTRODUÇÃO

Em cinco de julho de 1937, ao assinar a lei de criação da Universidade do Brasil, Gustavo Capanema dava início a uma das principais políticas do governo Vargas: a reestruturação do ensino superior no Brasil. Concebendo uma universidade pública, gratuita e laica – aos moldes do movimento Escola Nova – projetava o que seria uma rede de universidades distribuídas pelo país, tendo a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, como modelo (Figura 1). O objetivo era criar as bases para a formação profissional de diversas carreiras necessárias ao projeto de desenvolvimento do país; um país urbano e industrial em oposição à situação vigente, ainda rural e agroexportadora¹. Entre os anos 1930 e 1950, esse pensamento se expandiu, inicialmente nos estados mais estruturados, e em seguida nos demais. As faculdades, escolas e institutos isolados – públicos ou privados – existentes desde o início do século XIX, passaram por um processo de estadualização, levando à criação das primeiras universidades². O passo seguinte – a partir do final dos anos 1950 – foi a federalização dessas universidades, garantindo um aporte técnico e financeiro que os estados não possuíam.

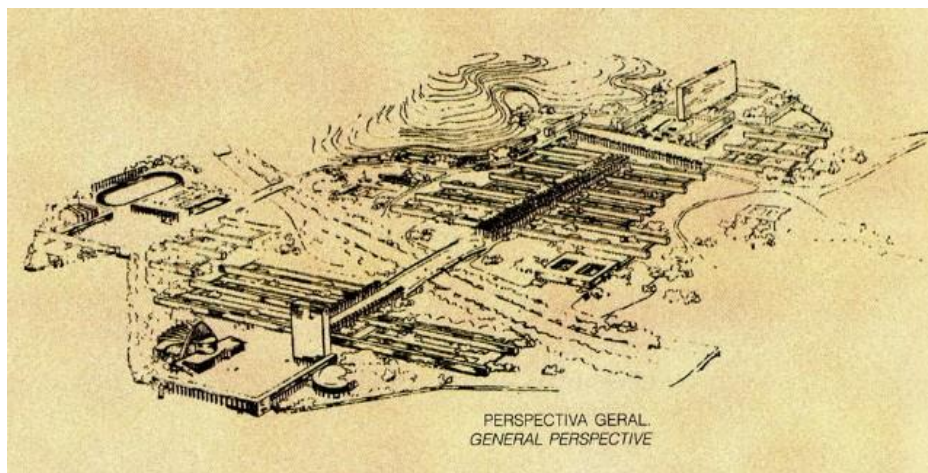


Figura 1: Perspectiva geral do anteprojeto apresentado por Lúcio Costa e equipe para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil, planejada para o entorno da Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro. Além deste, a comissão de organização trabalhava com estudos de Marcelo Piacentini e de Le Corbusier. Devido à Segunda Guerra Mundial, todo o processo foi adiado e, quando retomado, direcionou-se para a Ilha do Fundão, mas como Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonte: Lúcio Costa (1995), edição dos autores.

¹ A criação de universidades como um empenho de modernização social e cultural, como uma ação emancipatória e desenvolvimentista da nação, ocorreu também em outros países latino-americanos no século XX, como México, Venezuela e Chile (Segawa 1999).

² Essas faculdades, escolas e institutos superiores criados de forma isolada nas principais capitais do Brasil desde 1808 – inicialmente Medicina, Direito e Engenharia – ganharam outras carreiras ao longo do século XIX. A estadualização foi o passo inicial no sentido de ordenamento e estruturação dessas faculdades. Nesse sentido, a Universidade do Rio de Janeiro foi pioneira, sendo fundada em 1920. Por ser a capital do país, foi reorganizada como Universidade do Brasil no período de 1937 até 1965. O movimento seguinte foi sua transformação para Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Outras universidades estaduais se formaram nesse período, como as de Minas Gerais (1927), São Paulo (1934), Pernambuco (1946), Bahia (1946) e Rio Grande do Sul (1947). Somente a Universidade de São Paulo, USP permaneceu na esfera estadual, as demais participam da rede de universidades federais.



Esse ato político se concretizou com a criação das Cidades Universitárias. De uma forma geral, a sua implantação procurava refletir as discussões vivenciadas pelas comissões que conceituaram a Universidade do Brasil, buscando valorizar o ensino próximo à pesquisa, num processo de retroalimentação. Para tanto, suas instalações deveriam ser planejadas seguindo programas de necessidades e atividades fruto do debate de cada uma das áreas de conhecimento a serem contempladas neste novo espaço, distanciando-se da fragilidade e adaptação das edificações originais das antigas faculdades (Alberto 2003). Apesar de muitos desses edifícios terem sido concebidos para receber as primeiras instalações do ensino superior, contemplando suas demandas, a maioria deles não comportava ampliações e alterações que o próprio desenvolvimento das carreiras teve ao longo do tempo.

A reestruturação do ensino superior procurava seguir modelos internacionais das principais universidades europeias e estadunidenses, preconizando a utilização de amplas áreas, normalmente longe dos centros estabelecidos e sua intrincada malha urbana; nesses lugares onde o custo do solo era mais baixo, ou mesmo de posse do Poder Público, facilitando o processo de instalação. Urbanisticamente, serviriam de vetores a direcionar a ampliação das cidades, sendo possível planejar um sistema de infraestrutura comum, capaz de atender às demandas iniciais e de facilmente receber acréscimos futuros. Esse pensamento estava diretamente ligado às discussões da época relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, a projetar cenários urbanísticos e arquitetônicos vinculados à consolidação do Movimento Moderno³. Contudo, os opositores expunham as possíveis contradições do novo modelo: a distância dos *campi*, gerando falta de integração entre a universidade e os centros urbanos; os altos gastos para implantação; além do possível abandono das instalações originais⁴. Apesar das ressalvas, existentes até nas comissões internas que conceituavam esse processo de reestruturação, falaram mais alto argumentos básicos para a construção do espírito universitário: a centralização das instalações - que levaria a uma maior convivência entre as áreas de conhecimento, promovendo intercâmbio entre ensino e pesquisa - e a tão desejada autonomia universitária.

A criação das universidades federais foi, por si só, um ato político singular para a história do país. No campo do Patrimônio Cultural, conecta-se a este fato o valor histórico inerente ao processo, além dos valores urbanístico, arquitetônico e artístico a serem preservados. Importa frisar que essas obras contaram com a autoria de nomes importantes que utilizaram a oportunidade para desenvolver novas composições, experimentando soluções construtivas que passaram à historiografia da Arquitetura Moderna brasileira. A singularidade desse processo gerou desdobramentos que repercutem em diversas investigações no campo do Patrimônio Cultural⁵.

³ "(...). Os *campi* universitários foram laboratórios de urbanismo tratando da ocupação de territórios virgens – um tema caro e distintivo do continente americano. (...). As cidades universitárias de meados do século XX foram campos experimentais do urbanismo moderno, das doutrinas do CIAM e do planejamento norte-americano. Mas não se caracterizaram como mera transposição de preceitos urbanísticos modernos. Elaboraões peculiares, como o cuidado de espaços livres ou de transição no clima quente e úmido do Rio de Janeiro ou de Caracas, ou as referências espaciais pré-hispânicas mexicanas, introduziram novas denotações ao desenho dos núcleos universitários, diferenciados de seus congêneres europeus e norte-americanos" (Segawa 1999, 46).

⁴ O que se viu foi o contrário. Ao longo do tempo, mantiveram-se diversas atividades das universidades nas áreas centrais, como, por exemplo, os cursos de Direito e diversos setores já estruturados da área de Saúde, entre outros.

⁵ Uma série de pesquisadores, percebendo a importância do tema, têm produzido artigos, dissertações, teses e livros, procurando registrar não somente a salvaguarda de bens imóveis isolados – edificações que abrigaram as primeiras faculdades, escolas e institutos de educação superior – mas também o processo de construção do ensino superior, sua origem, influências externas, além da necessidade da preservação desses bens. Algumas das principais universidades do país já se voltaram para registrar o seu patrimônio urbanístico, arquitetônico e artístico, procurando dar visibilidade às suas cidades universitárias como lugares de importância estratégica para a formação profissional, como mostram as



De modo geral a implantação desses conjuntos teve início por volta das décadas de 1950 a 1970, recebendo significativos aportes financeiros, assistência técnica e consultorias do Governo Federal e mesmo estrangeiro (Pereira 2017). Contudo, essa realidade gradativamente começou a tomar outro rumo com o fim do chamado “milagre brasileiro”. Nas últimas décadas do século XX, os investimentos da União foram diminuindo, instalando nas Universidades Federais um processo de desgaste não somente material, mas também nas reduções de verbas para pesquisas, bolsas e demais investimentos. Essa situação acentuou-se no século XXI, não sendo minimizada pelo Projeto REUNI (2007-2012), devido ao seu escopo de expansão, em detrimento de um cuidado maior com a estrutura existente amplamente desgastada. De 2016 a 2022, as universidades federais – bem como a cultura de modo geral – passaram por reduções e contingenciamento de verbas, ampliando essa situação falimentar, além de sofrerem um desgaste junto à opinião pública promovido pelos dirigentes ministeriais em orquestração com o Palácio do Planalto. Esse processo de corrosão do Ensino Público Superior, agora em momento de reconstrução, exige investigação, análises aprofundadas e divulgação.

Tendo esse debate como cenário, o trabalho investiga a formação da Universidade Federal da Paraíba e sua Cidade Universitária, fundadas em 1960 e 1963, respectivamente, tendo como estudo de caso o seu Centro de Tecnologia. O *Campus I* da UFPB (Figura 2) além dos valores culturais acima descritos, possui uma inegável importância ambiental por ter sido implantado numa fazenda do Governo do Estado onde existia uma extensa área de Mata Atlântica. Mostra-se o pensamento urbanístico inicial bastante cuidadoso ao instalar um conjunto de edificações em meio à floresta e como, ao longo do tempo, esse planejamento foi posto de lado, dando início a uma ocupação excessiva do território, reduzindo sua cobertura vegetal. A redução do pensamento urbanístico é acompanhada da queda da qualidade tectônica das novas construções e da deterioração dos conjuntos arquitetônicos anteriores, uma vez que a gestão universitária vem implementando processos equivocados e degenerativos de manutenção, incapaz de visualizar o valor cultural que tem nas mãos.

Este trabalho é parte da pesquisa “*Em busca do tempo perdido: a Cidade Universitária da UFPB, seus planos urbanísticos e descaminhos*”, ainda em curso e coordenada pelos autores. Seus resultados atuais revelaram um conjunto de edificações com expressivo valor cultural de filiação moderna, obnubilado pela falta de Educação Patrimonial, ao sabor da praticidade de gestões administrativas preocupadas em solucionar problemas básicos de manutenção, empregando rotinas padronizadas e destruindo sua própria memória. As investigações detalhadas sobre o Centro de Tecnologia resultaram em seu Inventário de Identificação e de Levantamento do Estado de Conservação, além de seu Reconhecimento de Valor Cultural, instrumentos preliminares do processo de patrimonialização previstos na metodologia elaborada, baseada em referências do Convênio Brasil/Espanha e do IPHAN. Tem-se, como produto, uma base de dados útil para as ações subsequentes específicas dos órgãos patrimoniais e entendidas como necessárias para a salvaguarda do conjunto edificado dotado de valor cultural: Proteção, com cadastramento e tombamento; e Normatização, com princípios e critérios que orientem intervenções futuras no sítio.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figura 2: Situação da Cidade Universitária da UFPB (01) – com Centro de Tecnologia em vermelho – rodeada por Áreas de Preservação Ambiental (APAs): Mata do Buraquinho (02), Vale do Rio Timbó (03), Vale do Rio Jaguaribe (04). À leste, o Oceano Atlântico (05).

Fonte: Base do Google Earth, 2024, edição dos autores.

A contribuição da investigação se dá no estabelecimento de um rito não somente para o Centro de Tecnologia e para o restante do *campus* da UFPB, mas para outras universidades federais. Nesse processo, a intenção é visualizar as diferenças existentes no patrimônio construído e, a partir do seu valor cultural intrínseco, diferenciar a atuação da gestão, introduzindo rotinas de conservação e de manutenção. Com essas ações, busca-se não apenas reconhecer e salvaguardar o valor cultural das cidades universitárias, mas também resgatar uma visão política - existente na concepção das universidades federais brasileiras – que prezava pela qualidade arquitetônica e urbanística dos *campi* como um dos elementos estruturadores da qualidade universitária. Procura-se também demonstrar que as rotinas standardizadas, em vez de garantir a manutenção dos conjuntos edificados das cidades universitárias, estão, na verdade, destruindo bens singulares, testemunhas do movimento de estruturação do ensino superior no Brasil, os quais necessitam ser preservados.

METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia utilizada pela pesquisa foi definida a partir de investigações de processos de patrimonialização desenvolvidos por órgãos patrimoniais – notadamente o IPHAN e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, que atuou no centro antigo da capital paraibana de 1986 a 2006. Vale a pena registrar a importância da Política do Patrimônio Cultural Material, PPCM – Portaria 375/2018 do IPHAN (IPHAN 2018) – documento de construção participativa, com a amplitude necessária para orientar todo o processo de patrimonialização e salvaguarda dos bens culturais materiais, e que faltava no campo do Patrimônio Cultural. No seu Título II – *Diretrizes aplicáveis aos processos institucionais* – a PPCM elenca a lista de ações que começa com **Educação Patrimonial** – uma atividade contínua a ser difundida pelo país desde o ensino fundamental. Em seguida estabelece os processos de **Identificação**, dando voz a gerações de



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

profissionais dispersos em vários órgãos patrimoniais e instituições públicas de ensino superior, dedicados aos setores de documentação, que visualizavam no processo de Identificação – pesquisa histórica e inventariação – o início da compreensão para se chegar à intervenção. Depois a PPCM instituiu o **Reconhecimento** do valor cultural; a **Proteção** – cadastramento inicial até chegar aos processos de tombamento; e, por fim, a **Normatização**, com a definição de princípios, conceitos e critérios que irão orientar as intervenções.

Para o Centro de Tecnologia, definiu-se que primeiro precisava-se conhecer todo o conjunto de forma aprofundada. Sendo assim, a pesquisa se estruturou em duas vertentes. A primeira ordenada pela pesquisa histórica, pautada pela busca bibliográfica – artigos, dissertações, teses e publicações sobre o tema específico, ampliadas pelas pesquisas similares em outras universidades federais – e documental – os arquivos da UFPB, e especialmente, da antiga Prefeitura Universitária, além dos periódicos locais. A segunda vertente foi a concepção de um inventário de identificação, cobrindo todas as edificações do centro, bem como seus espaços verdes livres, empraçamentos, vias de acesso e estacionamentos. Desejava-se não somente levantar as informações básicas dos edifícios, mas cruzar tais dados com a pesquisa histórica numa mesma ficha inventarial. As bases conceituais utilizadas foram o inventário do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (Comissão 1987), concebido com metodologia da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI 2002) pelo Convênio Brasil/Espanha⁶, e o Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados, o INBI-SU⁷, desenvolvido pelo IPHAN em 1996 (IPHAN 2001).

A ficha inventarial (Figuras 3 e 4) definida para a pesquisa reúne: 1) informações básicas dos prédios – data de construção, localização, área, dimensões básicas, gabarito, infraestrutura instalada, uso, plantas, fotografias; e 2) levantamento do estado de conservação - com informações sobre o sistema estrutural (fundações, pilares, vigas e lajes), vedações (externas e internas), pisos (interior e no entorno), aberturas (portas, janelas e esquadrias), revestimentos (internos e externos), e cobertura (estrutura do telhado e coberta). A ficha é concluída com sete perguntas que buscam registrar o valor cultural a partir das características do edifício frente ao processo histórico de construção da UFPB, à lógica urbanística originalmente instalada no *campus*, ao valor estético-formal da edificação, à adequação ao uso projetado, ao caráter construtivo, à autenticidade e à integridade. A resposta para cada questão é dada sob a forma de pontuação – de 0 a 3. O somatório remete a uma tabela onde estão as quatro gradações de valor cultural mencionadas na nota 6, sinônimos do nível de intervenção.

⁶ O Convênio Brasil/Espanha aconteceu na capital da Paraíba de 1986 a 2006, com a participação de arquitetos urbanistas, engenheiros, economistas, cientistas sociais e advogados, ligados ao IPHAN, ao Governo do Estado da Paraíba e à Prefeitura Municipal, além da equipe de profissionais da Espanha. Produziu uma ampla pesquisa socioeconômica sobre o Centro Antigo da capital, a qual resultou em um plano urbanístico de desenvolvimento. O Inventário de Valor Cultural, investigando os 6600 lotes da área, foi a grande novidade dentre as tipologias de inventários de identificação, pois, além das informações básicas sobre as edificações, levantava as características singulares que lhes conferiam valor cultural e que, conseqüentemente, ordenavam seu nível de intervenção: **conservação total, conservação parcial, renovação parcial ou renovação total**. Esses dados geraram uma normativa pautada pelo nível de intervenção – ou valor cultural – para auxiliar os profissionais quanto às possibilidades de desenvolvimento de projetos.

⁷ O INBI-SU foi resultado de um amplo esforço do Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN, que, desde 1989, trabalhava na definição de um inventário de identificação detalhado, com informações sobre o estado de conservação dos bens e que pudesse estimar o planejamento das obras. Foi utilizado pela primeira vez em Tiradentes em 1996. Tem como base: a pesquisa histórica, que coleta informações gerais sobre a formação e desenvolvimento do sítio; os levantamentos físico-arquitetônicos, que registram as características e condições físicas de cada lote e edificação; e as entrevistas com os moradores e usuários. Foi aplicado em diversos conjuntos urbanos, como São Luís, Paraty, Ouro Preto e Goiás, entre outros.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	
Inventário do Conjunto do Centro de Tecnologia – Arquitetura			
Assessoria de Planejamento Urbanístico e Infraestrutura do Centro de Tecnologia			
ESTADO:	CIDADE:	DATA DE PREENCHIMENTO:	Nº DE CONTROLE:
Paraíba	João Pessoa	01/07/2021	09
DADOS GERAIS			
LOCALIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO NO SÍTIO			
ENDEREÇO:	CENTRO:	BLOCO/IDENTIFICAÇÃO:	
Universidade Federal da Paraíba – Campus I, Castelo Branco João Pessoa-PB, CEP: 58051-900	Centro de Tecnologia	Administração	
Área Construída: 1486,06 m²	Comprimento: 46 m		
Altura aproximada: 8 m	Comprimento: 45,66 m		
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EDIFICAÇÃO			
ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO			
1ª Geração – 1967 a 1976		3ª Geração – 1990 a 2004	
2ª Geração – 1977 a 1989		4ª Geração 2005 a 2021	
Ano aproximado de conclusão da obra: 1972			
USO DO IMÓVEL			
X Administração		Misto (Administração + Ensino)	
Ensino		Misto (Administração + Pesquisa/Ensino)	
Pesquisa/Ensino		Misto (Ensino + Pesquisa/Ensino)	
Outro:			
INFRAESTRUTURA		NÚMERO DE PAVIMENTOS	
X Água	X Têxtil		
X Esgoto	Piloto + Têxtil + 1º Pavimento		
X Drenagem	Têxtil + 1º Pavimento		
X Energia Elétrica	Têxtil + 2º Pavimento		
X Telefone	Têxtil + 3º Pavimento		
X Internet	Outro:		

● ELEMENTOS DA EDIFICAÇÃO		● ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
SISTEMA ESTRUTURAL			
FUNDAÇÕES		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	Sapete corrida (pedra)		BOM – fundação coberta e consolidada
	Sapete		REGULAR – fundação à mostra, com fissuras em seu recobrimento, apresentando pequenos desgastes de simples recuperação.
X	Balizante	X	RUIM – fundação à mostra, com rachaduras e/ou buracos em seu recobrimento, apresentando desgastes consideráveis e com recuperação onerosa.
	Radier		ESTADO RUINOSO – fundação à mostra, com recalques, apresentando-se desestruturada e comprometendo o edifício em parte ou no todo.
ESTRUTURA DE ELEVAAÇÃO			
PILARES		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
X	Moldado in loco (concreto)	X	BOM – estruturada e com superfície normal
	Pré-moldado (concreto)		REGULAR – com fissuras na superfície, apresentando pequenos desgastes de simples recuperação.
	Perfil metálico (aço)		RUIM – com rachaduras e/ou buracos na superfície, com ferrugem à mostra (casca de concreto), com recalques (casca de parede estrutural), recuperação urgente.
			ESTADO RUINOSO – apresentando desestruturação e comprometendo o edifício em parte ou no todo.
VIGAS		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
X	Concreto moldado in loco		BOM – estruturada e com recobrimento normal.
	Concreto pré-moldado	X	REGULAR – com fissuras em seu recobrimento, apresentando pequenos desgastes de simples recuperação.
			RUIM – com rachaduras e/ou buracos em seu recobrimento, com ferrugem à mostra, infiltrações de insetos, oxidações, apresentando desgastes consideráveis, recuperação urgente.
			ESTADO RUINOSO – apresentando-se com fissuras e comprometendo o edifício em parte ou no todo.
	Madeira (características básicas):		
	Aço (características básicas):		
LAJES		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
X	Massa (concreto)		BOM – estruturada e com recobrimento normal.
	Pré-moldado (concreto)		REGULAR – com fissuras em seu recobrimento, apresentando pequenos desgastes de simples recuperação.
	Trelçada bidirecional (concreto)	X	RUIM – com rachaduras e/ou buracos em seu recobrimento, com infiltrações, ferrugem à mostra, apresentando desgastes consideráveis, recuperação urgente.
	Outro:		ESTADO RUINOSO – apresentando-se com fissuras, com infiltrações e comprometendo o edifício em parte ou no todo.

Figuras 3 e 4: Ficha do prédio administrativo do CT, desenvolvida para o Inventário de Valor Cultural do Centro de Tecnologia da UFPB. No âmbito da pesquisa, também foi feito o levantamento do estado de conservação dos elementos construtivos de cada edificação.

Fonte: elaboração do autor para a Assessoria de Planejamento Urbanístico do CT, APLURB-CT-UFPB, 2021.

Paralelamente às pesquisas histórica e edilícia, foram levantadas a infraestrutura hidrossanitária e a cobertura vegetal do estacionamento e jardins em todo o Centro de Tecnologia. Não foi possível registrar as plantas elétricas, de dados e de combate a incêndio. O material sistematizado auxiliou na compreensão da ocupação de toda a gleba do centro, gerando uma base de dados com que foi possível desenhar uma planta de zoneamento e de usos. Com o inventário, o levantamento do estado de conservação, o reconhecimento do valor cultural e a setorização, realizaram-se outros mapeamentos específicos, que poderão auxiliar na elaboração de diagnósticos e diretrizes, no planejamento e na tomada de decisões em relação ao Centro de Tecnologia, especialmente quanto à construção de um plano de conservação das edificações de valor cultural, diferenciando-as daquelas que fariam parte do plano de manutenção.

A CRIAÇÃO DA UFPB

Seguindo o cenário nacional, a construção do ensino superior na Paraíba também passou por iniciativas públicas e privadas. José Américo de Almeida, ministro de Viação e Obras Públicas de Vargas, juntamente com o Governo do Estado criou a Escola de Agronomia de Areia em 1936. Como governador (1951-1956), viabilizou, na capital, a criação das faculdades públicas de Direito (1951), Medicina e Filosofia (1952), Odontologia e Enfermagem (1953), além da Escola Politécnica, em Campina Grande (1954). Fruto de empreendimentos particulares na capital, passaram a funcionar a Faculdade de Ciências Econômicas (1948), a Escola de Serviço Social (1951) e a Escola



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

de Engenharia (1957). Na fase final do seu governo, José Américo procurou reunir essas faculdades, criando a Universidade da Paraíba, UPB, em 1955.

A partir de 1956, o reitor da UPB, Prof. Dumerval Trigueiro, procurou viabilizar o sítio onde seria construído o *campus* universitário. Pereira (2008, 121-122) lembra que uma comissão de professores da Escola de Engenharia passou a conduzir os trabalhos. A comissão, contando com a consultoria do engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa⁸, ao término de um périplo pela capital paraibana, referendou a opção inicial pela Fazenda São Rafael (Figura 5).

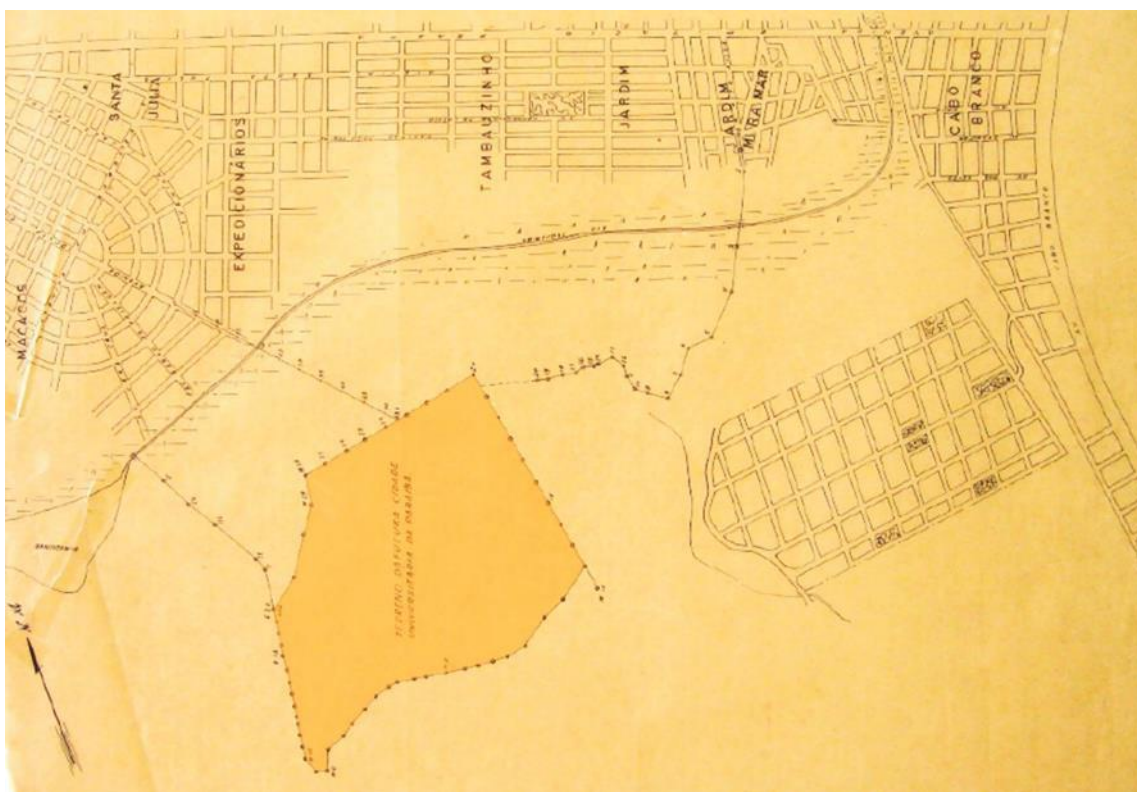


Figura 5: Localização da Fazenda São Rafael na malha urbana da capital paraibana na década de 1950.

Fonte: Arquivo da UFPB *apud* Fúlvio Pereira (2008, p.122).

A implantação do *campus* universitário não foi imediata. As dificuldades orçamentárias arrastaram tal decisão até dezembro de 1960, momento em que houve a federalização da Universidade da Paraíba. Neste ínterim, as faculdades mantiveram suas atividades em edifícios no Centro, havendo inclusive, movimentos divergentes quanto à mudança para a futura Cidade Universitária, tendo em vista sua localização em zona ainda erma e desabitada, uma verdadeira fronteira de expansão da cidade na região sudeste, que mais tarde se transformaria em uma centralidade de forte vitalidade urbana.

⁸ Luiz Hildebrando Barros Horta Barbosa, engenheiro civil, trabalhou no Escritório Técnico da Universidade do Brasil de 1944 a 1956 no Rio de Janeiro, futura UFRJ. Nesse período – provavelmente como consultor do MEC – participou das discussões para escolha da implantação das futuras cidades universitárias da UFPE e UFMG. Foi um dos membros do júri no concurso de ideias para o Plano Piloto de Brasília em 1956 e 1957.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFPB

Antes de adentrar pelos fatos que marcaram a construção da Cidade Universitária, importa mostrar que nesses 64 anos a Universidade Federal da Paraíba – assim como toda a rede de universidades federais – foi afetada pela agitada vida política brasileira, com diferentes períodos nos quais é possível observar como o compromisso inicial da União em estruturar o ensino superior foi sendo alterado. A redução de aportes financeiros destinados à infraestrutura física, aos recursos humanos, ao ensino, à pesquisa e à extensão vincula-se às mudanças perceptíveis na paisagem do *campus* ao longo do tempo. Importa dizer que as gestões da reitoria nesses períodos também têm participação importante na condução das ações aqui narradas.

Para analisar a concepção, construção e expansão da Cidade Universitária da UFPB, a pesquisa estabeleceu uma linha do tempo dividida em quatro fases. A primeira inicia-se em 1960, data da criação da UFPB, e se estende até 1976, último ano em que o Plano Diretor de 1972 foi utilizado. A segunda fase, de 1977 a 1989, é marcada pelo reitorado do Prof. Lynaldo Cavalcanti (1977-1980), que transferiu a Reitoria do centro da capital para o *campus*, ocupando o prédio que estava destinado à Biblioteca Central. Esse período foi caracterizado por decisões unilaterais que ignoravam o planejamento urbanístico desenvolvido. Entretanto, mante-se parte do ímpeto original da consolidação institucional, o que se refletiu na expansão dos canteiros de obras. No terceiro período – 1990 a 2006 – a Universidade sofreu com as gestões neoliberais, com os reflexos da crise econômica e com os investimentos reduzidos. Apesar da mudança no Planalto em 2003, somente em 2007 é que seria concebido um plano destinado às universidades. De 2007 até os dias atuais, temos o quarto período, marcado pela má condução, pela UFPB, do Projeto de Reestruturação e Expansão da Universidade, REUNI, concebido pelo MEC. Sem um plano diretor a definir prioridades e orientar o processo, a reitoria deixou diversas obras paralisadas. Após 2012, a UFPB vivencia uma crescente redução de investimentos e dificuldades para garantir a manutenção de sua infraestrutura. A extinção da Prefeitura Universitária, substituída pela Superintendência de Infraestrutura-SINFRA, traz um choque na gestão do patrimônio construído, agravando a falta de planejamento urbanístico.

O primeiro período: 1960-1976

Importa frisar que naquele momento as universidades se organizavam sob a forma de escolas superiores, faculdades ou institutos, divididas por carreiras. Nessa estruturação, as faculdades eram ligadas diretamente à reitoria e possuíam liberdade em sua organização acadêmica, promovendo cursos em nível de graduação e pós-graduação – ainda pouco comuns nos anos 1960. No *campus* esse planejamento seria potencializado, chegando à definição de áreas de expansão num arranjo espacial coordenado. Essas áreas seriam interligadas por sistema viário e projeto paisagístico diferenciados. É baseado nesse formato que a UFPB terá o seu planejamento urbanístico inicialmente desenvolvido.

Com a federalização, a UFPB aparece de forma pioneira como uma universidade *multicampi*, fruto da reunião das faculdades de João Pessoa, Campina Grande e Areia. Essa organização singular no cenário nacional se afirmaria ao longo do tempo, sendo adotada em vários outros estados do país. O primeiro reitor, Prof. Moacir Porto (1960-1964) criou o Serviço de Engenharia com a missão de planejar e implantar as instalações da nova universidade. Valendo-se do corpo docente da Escola de Engenharia da capital, entregou a direção ao Prof. Guilherme Pedrosa, engenheiro, fazendo parte desse grupo os professores arquitetos Leonardo Stuckert e Mário Di Lascio, entre



outros. De 1961 a 1963, o Serviço de Engenharia direcionou-se para conceber as primeiras instalações da universidade. A Leonardo Stuckert coube a dupla tarefa de projetar o prédio da Reitoria⁹ e desenvolver o Plano Piloto de ocupação da Cidade Universitária.

A figura 6 ilustra o pensamento urbanístico de Stuckert¹⁰: partindo das clareiras inicialmente abertas na Mata Atlântica, a oeste, definiu três eixos de penetração na gleba – marcados em vermelho. Os eixos 1 e 2 receberam de pronto os galpões de obra, mas destinavam-se a conectar a entrada pela Av. D. Pedro II – via de conexão com a cidade – à porção leste, onde seria construído o Hospital Universitário, HU, ainda sem marcação nessa planta. O terceiro eixo orientou a implantação da Escola de Engenharia¹¹, a sul, e dos Institutos de Matemática, Física e Química, a norte. Em frente a esse conjunto, postou-se o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica. Um primeiro eixo transversal (4) – em azul escuro – posteriormente seria aberto para promover a movimentação interna. Embora não apareçam nesta imagem, as demais estruturas acadêmicas foram incorporadas a essa base, sendo erguidas quase que simultaneamente, a partir dos últimos anos da década de 1960. As faculdades de Ciências Humanas ocupariam o espaço vazio entre os eixos 2 e 3, acima do Centro de Tecnologia. O Restaurante Universitário e a Biblioteca foram localizados na região central do *campus*, entre os eixos 1 e 2, onde existiria uma Praça Cívica emoldurada pelos prédios da Reitoria e do Auditório.

Tendo em vista o amplo programa a ser trabalhado, o Serviço de Engenharia rapidamente compreendeu a necessidade de contratação de equipes de arquitetura para garantir celeridade à obra. Definiu um conceito de trabalho baseado na economia de meios. Partindo da vasta área disponível, optou por partidos horizontais, com estrutura modulada de concreto aparente – pilares, vigas e lajes maciças – vedações em alvenaria de tijolos aparentes, aberturas em madeira ou alumínio e vidro, pisos em cerâmica ou concreto; instalações elétricas aparentes facilitavam a manutenção e adaptações futuras. Esse *modus operandi* ganhara espaço no país desde a construção de Brasília, onde obras de grande porte buscavam a industrialização dos processos, a fim de reduzir custos.

Em 1967, a UFPB contratou um primeiro plano urbanístico, procurando ordenar as obras em curso. O arquiteto paulista Mário Soares, que trabalhava na implantação da Cidade Universitária da USP, produz um estudo (Figura 7) absorvendo as construções existentes e definindo a implantação da grande maioria restante. Traz uma extensa malha viária delimitando diversas quadras onde os

⁹ Inicialmente a Reitoria da UFPB foi construída no centro da cidade, no entorno da Lagoa dos Irerês, região urbanizada em 1924. A partir de 1939, a área recebeu a Avenida Getúlio Vargas, um *parkway* de 50 metros de largura, junto a um polo educacional do Governo do Estado, tendo o Lyceu Paraibano como marco arquitetônico, projetado pelo arquiteto Clodoaldo Gouveia e construído pela Diretoria de Viação e Obras Públicas, DVOP. Toda essa urbanização fazia parte do planejamento do Estado Novo para dotar o país de uma nova estrutura educacional – no caso, ensino fundamental e médio – capaz de auxiliar o seu projeto desenvolvimentista. O prédio da Reitoria da UFPB, construído entre 1961 e 1963, se juntou a esse entorno com uma típica fisionomia de edifício moderno. Contava no térreo com um auditório, ladeado por um pódio que servia de acesso principal e base para o prédio verticalizado de 14 andares, onde os setores administrativos da universidade funcionavam.

¹⁰ A área inicialmente doada pelo Governo do Estado à UFPB era de 115,48 há. Contudo, houve uma doação adicional, ampliando a gleba para 161,75 ha. A Fazenda São Rafael havia aberto clareiras para as atividades de pesquisas agropecuárias na face oeste do futuro *campus*, ali foram instalados os primeiros canteiros de obra da UFPB. Com forte cobertura de Mata Atlântica, a região manteve-se preservada ao longo dos anos, contando na vizinhança com o Jardim Botânico, situado no coração da capital.

¹¹ Com a reforma de 1967 na estrutura administrativa da universidade, surgiram os centros de ensino – Tecnologia, Ciências Exatas e da Natureza, etc. Esse formato objetivava desmontar a autonomia e a descentralização administrativa das faculdades, gerando departamentos subordinados a esses centros, fortalecendo uma organização centralizadora e burocratizada, afeita aos desejos da ditadura militar.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

conjuntos seriam implantados. Define a região noroeste como uma Praça Cívica que ordena a implantação dos principais edifícios – Reitoria, Auditório e Biblioteca. Chama a atenção o desmatamento extensivo proposto, provável argumento para o descarte desse planejamento.

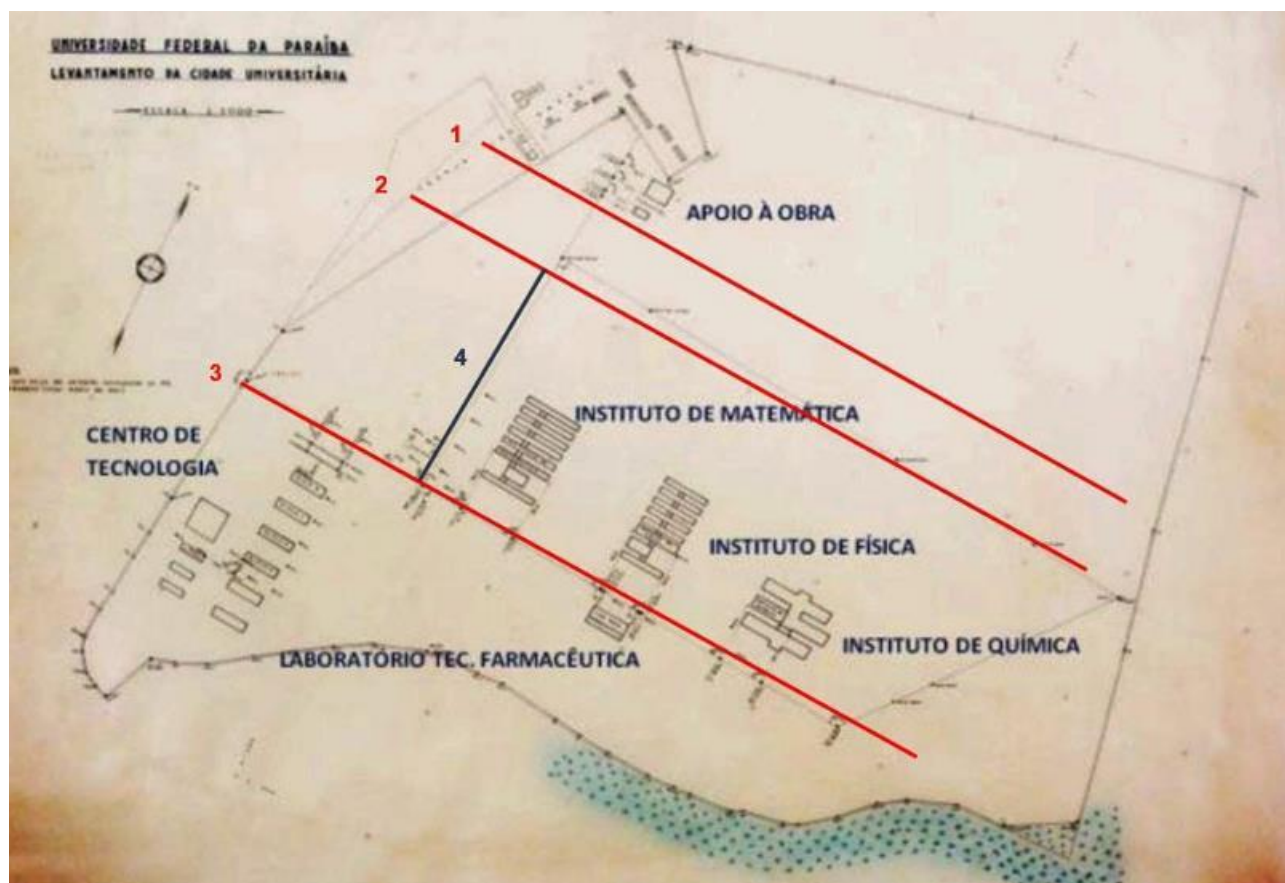


Figura 6: Plano Piloto da Cidade Universitária da UFPB em João Pessoa.

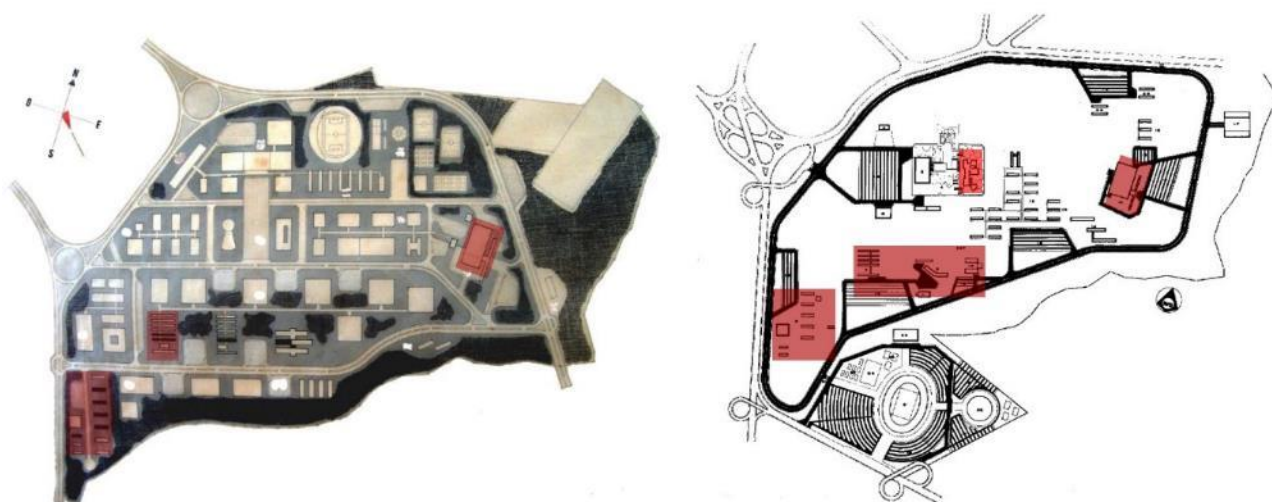
Fonte: Prefeitura Universitária da UFPB *apud* Alonso, Coutinho e Vidal (2012, p. 6), edição dos autores.

Entre os anos de 1970 e 71, é contratado o arquiteto paraense Alcyr Meira para conceber um Plano Diretor para o *campus*. Meira havia projetado o *campus* da UFPA, inaugurado em 1968, vinculando à arquitetura as questões climáticas dos trópicos. Provavelmente, essa linha de trabalho o aproximou dos profissionais paraibanos que buscavam uma interação com a Mata Atlântica. De partida, o plano previa uma via perimetral de contorno ao *campus* com acessos a bolsões de estacionamento para os conjuntos de ensino/administração (Figura 8). Assim, deixava o interior para as pessoas, bicicletas e trânsito de emergência, introduzindo conceito oposto à valorização rodoviária da época. Incorporava os conjuntos existentes, sugerindo futuras ocupações, mantendo o conceito construtivo adotado, mas frisando a necessidade de estratégias e elementos de proteção solar. Manteve a ideia da Praça Cívica na mesma orientação noroeste, porém, com nova configuração, ladeada pela Reitoria, Auditório, Templo, Gráfica, Restaurante e Biblioteca – esses dois últimos em construção. Implantava o conjunto esportivo a sul, com acesso independente, para servir à comunidade que ainda não possuía ginásio e estádio de futebol daquele porte. Essa nova área seria comprada, em mais uma ampliação do *campus*. Porém, a proposta não teve consecução.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figuras 7 e 8: À esquerda, o plano Mário Soares, com marcação em vermelho dos conjuntos existentes, incluindo o HU na porção sudeste. À direita, o plano Alcyr Meira, com edificações existentes ou em construção em vermelho, incluindo a Biblioteca, no centro, projeto de Acácio Gil Borsoi.

Fonte: Prefeitura Universitária da UFPB, 2010, edição dos autores.

Finalmente, em 1972, a Prefeitura Universitária, PU-UFPB, através da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento, produziu um Plano Diretor que foi executado. Os edifícios em funcionamento ou em construção naturalmente foram incorporados – destacados em vermelho na figura 9. Com fortes influências das ideias de Meira, o grupo¹² manteve a via perimetral acessando os estacionamento dos conjuntos, facilitando a aproximação dos veículos às edificações. Uma passarela destinada aos pedestres serpenteava pelo interior do *campus*, ligando os centros de ensino, e ao mesmo tempo gerando espaços de convivência nesses percursos – em destaque amarelo. Manteve-se a ideia da Praça Universitária (1) na porção noroeste, a partir dos edifícios existentes – Restaurante e Biblioteca – definindo nova implantação para a Reitoria, Auditório e Teatro, estabelecendo um amplo espaço para encontros da comunidade acadêmica. O plano previu a construção do conjunto esportivo (2) para o quadrante nordeste. Entre 1972 e 76 seriam erguidos também o Centro de Ciências de Saúde - CCS (3) e os Departamentos de Educação Física e Fisioterapia (4) no entorno do HU (5), já edificado na porção extrema leste. O Conjunto Humanístico (6) foi erguido na clareira oeste, acima do CT. Além da Praça Universitária, vários conjuntos arquitetônicos presentes nesse plano não foram construídos.

¹² Com a criação da PU-UFPB, o Serviço de Engenharia se desfez. A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento contava com os seguintes arquitetos: Mario Di Lascio, José Amaral e Silva e Pedro Dieb, além dos engenheiros Guilherme Pedrosa, Serafim Martinez, José Francisco Nóbrega, Francisco Chaves, Carlos Simões e Luiz Lira Netto. Boa parte desses profissionais fazia parte do Departamento de Engenharia Civil, contudo a PU começava a ter seu próprio corpo técnico, formado basicamente por engenheiros e arquitetos.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

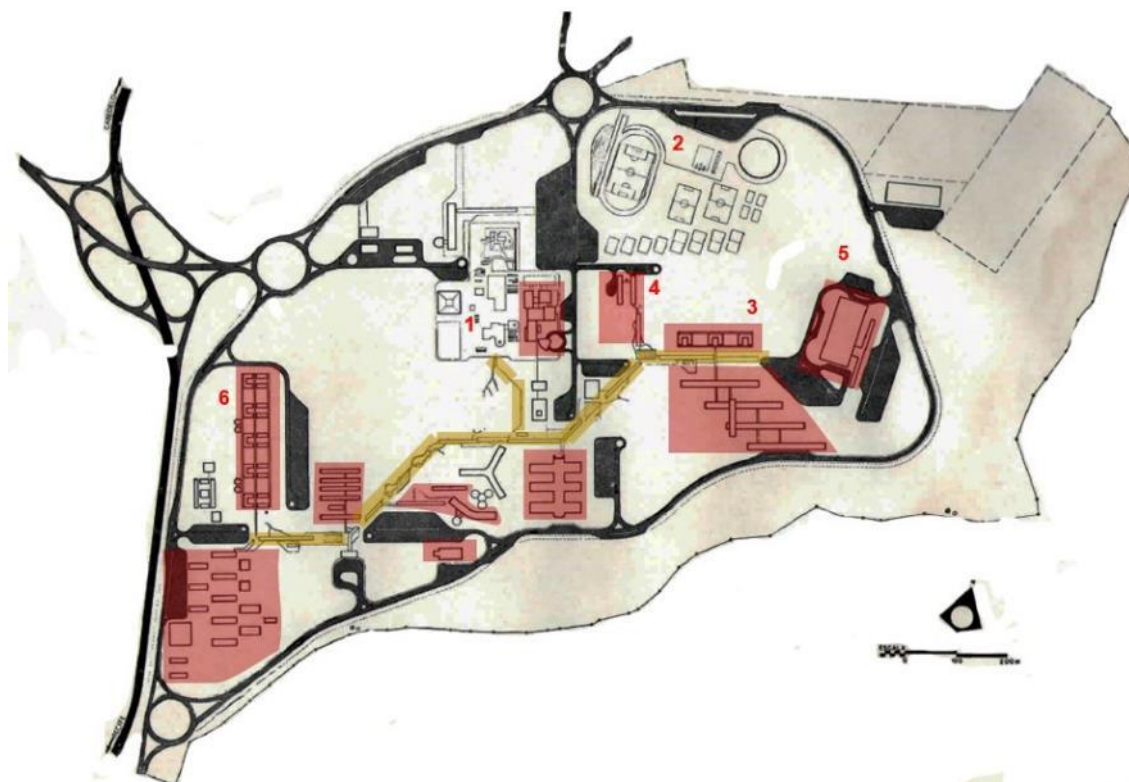


Figura 9: Plano Diretor de 1972 da Cidade Universitária da UFPB. Destaca-se o avançado sistema viário delimitando acessos de veículos à via perimetral e bolsões de estacionamento, deixando o interior do *campus* para a circulação de pedestres e ciclistas.

Fonte: Prefeitura Universitária da UFPB, 2010, edição dos autores.

O segundo período: 1977- 1989

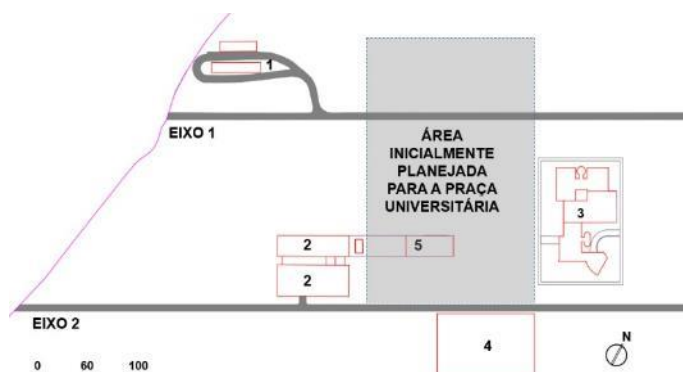
Essa fase é marcada por decisões da gestão do Prof. Lynaldo Cavalcanti, reitor entre 1977 e 1980, que causaram uma ruptura no pensamento urbanístico que conduzia as ocupações no *campus*. De pronto, o reitor pôs fim à ideia da Praça Universitária – em destaque na figura 10 – que seria construída próxima ao acesso principal do *campus*. Esse espaço de encontro da comunidade partia da localização do Restaurante Universitário (2) e da Biblioteca Central (3). Em seu entorno, seriam erguidos os prédios da Reitoria, um Auditório e um Teatro. Após decidir ocupar o prédio destinado à Biblioteca com a Reitoria, o reitor convidou o arquiteto José Galbinski¹³ para projetar uma nova Biblioteca (4), implantada em área destinada à preservação da Mata Atlântica (Figura 11). Nesse novo cenário, gerado pelos edifícios da Reitoria, Biblioteca e Restaurante, o reitor encomendou à PU-UFPB o Centro de Vivências (5). A tarefa ficou com o arquiteto Armando Carvalho, que se valeu da suave topografia, estabelecendo uma ampla praça coberta alinhada com o Restaurante (Figura 12). Em cota inferior, locou espaços destinados aos correios, bancos e outras conveniências cotidianas. Acima desses ambientes, projetou pequenas salas para as associações de docentes, funcionários e estudantes, em mezanino em relação à praça coberta.

¹³ Galbinski adota o concreto aparente para as estruturas de elevação, lajes, coberta, platibandas e vedações. Organiza o programa envolto por um perímetro interno revestido com amplas esquadrias intercaladas de vidro, garantindo a ventilação cruzada. Em seguida, gera uma segunda pele, recuada da fachada interna, formada por expressivos *brise-soleils*. Galbinski havia projetado em 1968 a Biblioteca Central da UnB, e por esse motivo deve ter sido escolhido. Ambos os edifícios têm conexões brutalistas, sendo marcantes nas paisagens das respectivas Cidades Universitárias.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figuras 10 e 11: À esquerda, planta da região central do *campus*, destacando a marcação da área planejada para a Praça Universitária, que reuniria os principais edifícios. À direita, vista da Biblioteca Central da UFPB, projetada por Galbinski.

Fonte da figura 10: elaboração do autor, 2021.

Foto (Figura 11) realizada pelo autor, 2024.

Neste período, houve gradativa redução de investimentos, reflexo do final do milagre brasileiro. Contudo, visualiza-se um segundo momento de expansão na Cidade Universitária, fruto do planejamento global MEC/UFPB. No Centro de Ciências Exatas e da Natureza, CCEN – onde estavam os Institutos de Física, Matemática e Química, ocorreu uma ampliação de porte para abrigar os cursos de Biologia (Figura 13) e Geografia com toda sua infraestrutura. A PU-UFPB projetou as dependências do Departamento de Música, na época ligado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, CCHLA, o maior do Conjunto Humanístico. Ainda nesse setor, houve a demanda de um edifício destinado às salas de professores, uma solução construída para o CCHLA e replicada para o Centro de Educação, CE, o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, CCSA, além do Centro de Tecnologia, CT. Ainda no CT, foram erguidas três oficinas, um laboratório e o edifício do curso de Arquitetura e Urbanismo, projeto de Armando Carvalho.

Provavelmente, os níveis de investimento decrescentes levaram à opção por uma tímida verticalização dessa geração de edifícios – térreo mais um pavimento. Essa decisão seria fatal para o futuro urbanístico da Cidade Universitária, reduzindo o estoque de área edificável. Tipologias mais verticalizadas teriam garantido área para expansão, mantendo espaços verdes livres.

Importa registrar algumas peculiaridades nessa segunda geração de edificações. Seus autores também são a segunda geração de arquitetos¹⁴ a atuar no *campus*. Adotando os princípios adotados na primeira geração de edifícios, a equipe manteve a implantação das novas edificações no eixo leste/oeste, garantindo as aberturas de entrada da ventilação predominante sudeste e as de saída para norte. O uso de amplos beirais, de *brise-soleils* e *sheds* conferiam uma qualidade ambiental maior aos edifícios. Os cuidados com a ampla circulação dos ventos procuravam estabelecer um claro convívio com a Mata Atlântica e com sua alta umidade.

¹⁴ O grupo de arquitetos contava com a presença marcante de Armando Carvalho, formado na UFPE, onde os princípios de conforto ambiental do *Roteiro para construir no Nordeste*, do Prof. Armando de Holanda, eram fortemente aplicados. Emile Pronk, holandês radicado na Paraíba, trazia a importância da Ergonomia para o projeto. Os jovens Romildo Vallones e Paulo Motta, recém-formados pela UFPB, completavam a equipe.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figuras 12 e 13: À esquerda, vista dos jardins do Centro de Vivências, ao se aproximar do Restaurante. À direita, edifícios projetados para o curso de Biologia do CCEN.
Fotos realizadas pelo autor, 2024.

Desde os momentos iniciais de planejamento da ocupação da universidade dentro da Mata Atlântica, existiu um cuidado no ordenamento dos conjuntos edificados, dialogando com a presença dos maciços verdes em seu entorno. A sequência de decisões unilaterais do Prof. Lynaldo Cavalcanti – trazendo a Reitoria para o prédio projetado para ser a Biblioteca Central – alterou a dinâmica urbanística anteriormente prevista pelo Plano Diretor. A construção da nova Biblioteca, um polo gerador de interesse, tensionou gradativamente o sistema viário implantado. Nos últimos anos da década de 1980, veio o fim da segregação dos veículos nos bolsões de estacionamento e a abertura de seu fluxo por todo o *campus*, como se vê atualmente – o que comprometeu a segurança nos deslocamentos da comunidade, o controle da poluição atmosférica, o silêncio e a concentração para as atividades acadêmicas.

Com essas alterações, teve início o abandono do pensamento preservacionista do Escritório Técnico, dando lugar a decisões isoladas quanto à forma da ocupação do *campus*, em detrimento do seu planejamento urbanístico – o que seguiu em outros reitorados.

O terceiro período: 1990 – 2006

Essa etapa é marcada por uma significativa mudança no Palácio do Planalto, trazendo fortes repercussões às universidades federais. É nessa época que assume o presidente eleito diretamente após 21 anos de ditadura militar, Fernando Collor. Como seu antecessor, José Sarney, Collor estabeleceu como prioridade a luta contra a espiral inflacionária. Buscou reduzir a máquina administrativa por meio de privatizações de empresas públicas, da extinção ou fusão de ministérios e órgãos, demissão de funcionários e congelamento de preços e salários. Essas medidas de liberalização econômica em prol da inserção do Brasil no cenário de globalização, apesar do seu *impeachment* em 1992, se mantiveram e se aprimoraram nos governos de Itamar Franco e especialmente nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Apesar do controle inflacionário promovido pelo Plano Real, a rede das universidades federais – e aqui tratamos da UFPB – passou



a vivenciar uma fase onde a União reduziu sensivelmente os investimentos voltados para a manutenção mínima, congelando os processos de renovação de pessoal, demonstrando pouco interesse em manter a qualidade no Ensino Público Superior. Apesar de uma mudança ideológica em 2003, o primeiro governo Lula (2003-2006) não agiu de imediato para criar novas políticas públicas – a volta aos concursos públicos para renovação de professores e funcionários, por exemplo – e para implementar um plano de reestruturação das universidades federais.

Com a ruptura do Plano Diretor de 1972, a Cidade Universitária não passou por um processo de retomada do pensamento urbanístico após 1977. Nessa etapa, a necessidade de resolução de problemas pontuais leva à implantação de construções em espaços verdes livres no entorno dos conjuntos existentes, iniciando uma prática que se avolumará durante o Projeto REUNI. É importante registrar esse momento como a ruptura fundamental na qualidade urbanística do *Campus I*. Os jardins entre os edifícios existentes possuíam um claro propósito de estabelecer o convívio com o clima tropical, com a Mata Atlântica, garantindo plenas condições de qualidade ambiental para as funções ali planejadas. Os jardins, na verdade, eram áreas de recomposição arbustiva, uma vez que a superfície original da Mata deu lugar às edificações da universidade. Do ponto de vista edilício, registra-se uma opção pela tipologia de galpões de obra. Essas construções se utilizam de estruturas pré-moldadas em concreto – térreas e com mais de um pavimento – com beirais sem calha, nem platibandas, muitas vezes cobertas por telhas cerâmicas. Com baixo orçamento e replicação possível, os programas são resolvidos da maneira mais pragmática possível, sem a necessidade de um pensamento arquitetônico (Figuras 14 e 15).



Figuras 14 e 15: O prédio da Direção do Centro de Ciências da Saúde - CCS, à esquerda. Ao lado, bloco destinado às atividades de diversos cursos do CCS. A opção pelos galpões pré-moldados em concreto marcou fortemente a produção do terceiro período. Fotos realizadas pelo autor, 2024.

O quarto período: de 2007 até os nossos dias

Na segunda edição do governo Lula, o MEC concebeu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI – decreto 6.096/2007 – objetivando ampliar acesso às universidades federais, melhorar a estrutura física e os recursos humanos. Há que se fazer uma menção às intenções do REUNI, muito mais voltadas para a expansão – inclusive com a criação de novas universidades em áreas estratégicas ainda não contempladas – mas sem um olhar específico para o processo de degradação já em curso no patrimônio construído das UFs.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

À época, estava à frente da reitoria da UFPB o Prof. Rômulo Polari. Para garantir os recursos do REUNI, sua gestão teria que demonstrar claramente um processo de expansão na estrutura da UFPB¹⁵. Assim, investiu em duas frentes. Primeiro, a criação de novos *campi* em Rio Tinto e Mamanguape, no litoral norte. Em seguida, a criação de novos centros de ensino, desmembrando cursos de centros já existentes: Direito saiu do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, CCSA, originando o Centro de Ciências Jurídicas; alguns professores do Departamento de Engenharia Mecânica criaram o Centro de Energias Alternativas e Renováveis, CEAR, com o curso de Engenharia de Energia; Medicina saiu do Centro de Ciências da Saúde, CCS, criando o Centro de Ciências Médicas; o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica transformou-se no Centro de Biotecnologia, CBIOTEC. Estava traçada a demanda por novas instalações.

O passo seguinte da reitoria foi a encomenda urgente de um plano diretor à PU-UFPB¹⁶. O documento não contou com a participação dos departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Biologia, Geografia, nem História, onde havia pesquisadores capazes de dialogar e produzir levantamentos e diagnósticos detalhados que apoiassem diretrizes capazes de apontar caminhos sólidos e consequentes para o Projeto REUNI. A superficialidade existente nesse documento de 2007 fez com que o Conselho Universitário não o aprovasse, permanecendo até hoje como um estudo de parca utilização. Sem a visualização do percurso histórico da ocupação da Cidade Universitária, a PU-UFPB foi incapaz de perceber o pensamento urbanístico instalado, bem como o valor cultural de alguns de seus conjuntos edificados. Assim, foi impossível planejar as ampliações de modo sustentável e que dialogassem com a Mata Atlântica. Ao final, o próprio reitor Polari resolveu investir em um escritório paralelo de projetos arquitetônicos nas dependências da Reitoria, coordenado pelo Prof. Claudino Lins Nóbrega. Essa decisão pôs por terra qualquer tentativa de pensamento urbanístico, pois as equipes não conversavam, e mesmo, chegaram a planejar edifícios diferentes para o mesmo local, tal era a incapacidade de diálogo instalada.

As consequências não tardaram a surgir na Cidade Universitária. A opção pela horizontalidade já vinha se mostrando falha desde o segundo período. Diante do cenário de redução das verbas de investimentos na terceira fase, permaneceu tímida. Com o reduzidíssimo estoque de área edificável para ampliações, a implantação das novas edificações seguiu a linha do descompromisso existente no período anterior, voltando-se para as áreas verdes livres, trazendo fortes impactos à recomposição arbórea, à convivência da comunidade e ao equilíbrio do conforto ambiental entre as edificações. Vale lembrar que essa produção pode ser dividida em três vertentes a partir da sua autoria: a da PU-UFPB, a do escritório paralelo da Reitoria e a do Centro de Tecnologia – contida no item seguinte.

Iniciamos a descrição e análise da geração REUNI pelo conjunto do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, CCEN – a cargo da PU-UFPB. Com uma área bastante extensa, o centro possui basicamente dois setores interligados por um bolsão de estacionamento. A parte em cota superior recebeu novas edificações, mas soube preservar a cobertura vegetal entre os prédios. Já a parte

¹⁵ A UFPB, como se disse, surgiu com os *campi* da capital, de Campina Grande e Areia. Ao longo do século 20, criou os *campi* de Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. Em 2002, é criada a Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, composta também pelos *campi* de Patos, Sousa e Cajazeiras. Esse desmembramento fez surgir as duas universidades federais do estado, a UFCG, no Agreste e Sertão, e a UFPB, no Litoral/Zona da Mata e Brejo Paraibano, com os *campi* da capital, Areia e Bananeiras, e, a partir do REUNI, com os *campi* de Rio Tinto e Mamanguape, no litoral norte do estado.

¹⁶ É importante registrar que desde 1972 – data de aprovação do primeiro Plano Diretor – a UFPB não fez as devidas atualizações a cada dez anos em seu planejamento urbanístico estratégico. Contrariamente, abandonou os princípios definidos, desestruturando a lógica de implantação de edificações e áreas verdes livres, além de ter realizado graves alterações viárias no interior do Campus I.

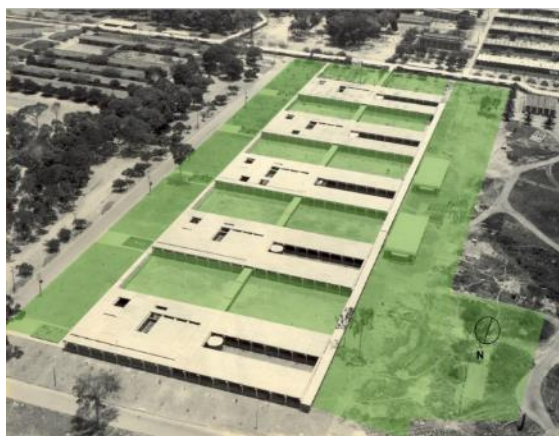


ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

inferior – bem mais extensa – sofreu uma ocupação semelhante ao Conjunto Humanístico, perdendo boa parte de suas áreas verdes livres, mas preservando outras na porção leste junto ao maciço verde da Mata Atlântica. A mesma lógica de verticalização suave com dois pavimentos foi utilizada ali, e foram instaladas estruturas semelhantes aos galpões do terceiro período.

É importante registrar a grande transfiguração ocorrida no Conjunto Humanístico. As figuras 16 e 17 dão conta da brutal redução das áreas verdes. A vista aérea à esquerda mostra a concepção original do arquiteto José Amaral, com uma sequência de edifícios térreos intercalados por pátios internos e jardins, conformando três centros de ensino, CCHLA, CE e CCSA. Um amplo jardim a leste marcava a entrada principal do conjunto. Os pequenos edifícios na porção oeste são quatro auditórios de apoio. O conjunto recebeu, no segundo período, três edifícios de salas para professores – em destaque amarelo na figura 17. Contudo, foi durante o REUNI que a PU-UFPB tratou de ocupar as áreas ajardinadas do conjunto. Na porção sul – onde o impacto foi maior – além de invadir o jardim frontal com um volumoso edifício do CCSA, reforçou essa nova implantação praticamente sem recuos entre três outros prédios mais a oeste, gerando uma massa completamente destoante da lógica original. Projetou ainda uma sequência de edifícios na porção oeste do Conjunto Humanístico, em destaque vermelho na figura 17 – alguns deles permanecem com as obras paralisadas, como várias outras desse período, dispersas pela Cidade Universitária. Aquelas que estão em uso mantiveram a tipologia térreo mais um e térreo mais dois pavimentos – reforçando a estratégia equivocada de não verticalizar mais os novos prédios para garantir áreas futuras de expansão.



Figuras 16 e 17: Vistas do Conjunto Humanístico. À esquerda, em 1975, com suas áreas verdes livres em destaque. À direita, panorama das edificações do segundo período – em amarelo – e o impacto da geração REUNI – em vermelho. Destaque para as instalações do CCSA a sul – rompendo com o jardim frontal – e a oeste de todo o conjunto, forçando a aproximação dos edifícios, sem levar em conta questões de conforto ambiental.

Fonte da figura 16: Acervo Humberto Nóbrega, 2010, edição dos autores.

Fonte da figura 17: Base do Google Earth, 2024, edição dos autores.

A produção do Escritório da Reitoria para o *Campus I* aconteceu nas edificações mais significativas, como, por exemplo, o Centro de Ciências Jurídicas, o Centro de Energias Alternativas e Renováveis, o Centro de Arte e Cultura, o Centro de Biotecnologia, além de algumas edificações de menor porte. Assim como boa parte da produção do REUNI, as obras não dialogam com o conjunto urbanístico original da Cidade Universitária, ocupando as áreas verdes livres, rompendo alinhamentos destinados a gerar *promenades* ajardinadas na entrada dos conjuntos. Os dois primeiros centros de ensino tomaram áreas de expansão do Centro de Tecnologia. A implantação do CCJ se dá em “L”, ocupando os quadrantes leste e sul; um auditório com formato de um quarto de círculo está na porção oeste; um porticado retilíneo delimita uma praça descoberta, arrematando



o conjunto voltado para norte. A composição possui volumes prismáticos simples sem destaques para as aberturas, demonstrando opção pela climatização. O prédio é revestido com cerâmicas de grandes dimensões – como a maioria dessa geração – mantendo algumas superfícies à base de tinta lavável. Chama a atenção a aridez da praça que recebe toda a carga solar do poente contando somente com vegetação arbustiva (Figura 18).

O CEAR ocupou o espaço do antigo Laboratório de Energia Solar, ligado ao Departamento de Engenharia Mecânica do CT. Contando com uma ampla área, o edifício principal, disposto no eixo leste oeste, foi implantado com dois blocos ligados por um átrio central, abrindo-se para norte e sul (Figura 19). O programa se desenvolveu em quatro pavimentos tipo – térreo mais três – contendo espaços administrativos, salas de aula, laboratórios e salas de professores. Como os demais edifícios da universidade, foi concebido com estrutura modulada de concreto, vedações em alvenaria de tijolos de oito furos rebocadas e pintadas na parte interna e revestidas externamente com cerâmicas de grandes dimensões; utiliza portas em madeira, e janelas alumínio e vidro. Atualmente, o prédio teve suas obras retomadas após quase dez anos.



Figuras 18 e 19: Vista da praça do CCJ com o porticado, à esquerda. Ao lado, situação da retomada da obra do CEAR. Ambas as obras de autoria do escritório de projetos da Reitoria na gestão Polari (2005-2012).
Fonte: UFPB, 2023.

O Centro de Arte e Cultura – maior obra concebida neste período, com 12 mil m² – abrigaria teatro, cinema, centro de convenções, museu e pinacoteca, além de ambientes destinados a agências bancárias, café e lanchonetes. Com escala avantajada, sua obra iniciou em 2011, erguendo parcialmente uma sequência de pórticos arqueados em concreto armado, dispostos em módulos e com fechamento superior em lajes alveolares. A figura 20 mostra a atual condição da obra paralisada há mais de dez anos, com toda a área do teatro – plateia, palco, coxias, caixa cênica e urdimentos por fazer. O prédio foi implantado numa estreita e longa faixa entre a Reitoria e um dos maciços remanescentes da Mata Atlântica (Figura 20). Situação semelhante ocorreu no edifício do CBIOTEC (Figura 21). Aqui vê-se finalmente uma verticalização significativa – térreo mais quatro pavimentos. Com implantação ao longo do eixo leste/oeste, observa-se uma edificação de mais de 60 metros de extensão tangenciando a Mata Atlântica, a sul, em cerca de dois metros; do lado oposto, há um pequeno recuo de aproximadamente cinco metros para a rua, confirmando a opção pela construção em espaços exíguos, onde se torna impossível criar empraçamentos envolvendo as massas construídas que dignifiquem a convivência humana.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figuras 20 e 21: À esquerda, vista da maior obra do REUNI na UFPB, paralisada há dez anos, o Centro de Arte e Cultura. Em destaque vermelho a sua implantação forçada, entre a Reitoria e remanescentes de Mata Atlântica. À direita, edifício do CBIOTEC, com situação semelhante de obra inconclusa e de implantação entre a Mata e uma via de acesso, do outro lado do tapume.

Fonte da figura 20: Base do Google Earth, 2023, edição dos autores.

Foto (Figura 21) realizada pelo autor, 2024.

A chamada geração REUNI impressiona sob vários aspectos. Inicialmente, demonstra a pouca preparação da UFPB para esse momento, perdendo a oportunidade de planejar a utilização desses recursos de maneira organizada, seguindo uma atualização em seu planejamento urbanístico através de um Plano Diretor. Posto isto, trouxe um legado extremamente negativo para o espaço da Cidade Universitária, pois se utilizou de ocupações dos espaços verdes livres – sem levar em conta localização, dimensões e muito menos as relações espaciais entre edificações existentes e propostas, pondo fim ao antigo equilíbrio existente. As consequências dessas estratégias são aproximações excessivas entre as massas construídas e a Mata, sem garantir afastamentos devidos para a circulação dos ventos e o controle da umidade, condicionantes que fatalmente se voltam contra os usuários e a própria vida útil do prédio.

Contudo, não foram somente essas as consequências dessa falta de planejamento. A velocidade desejada para o início das obras fez com que várias delas fossem iniciadas somente com os projetos de arquitetura e estrutura, deixando para o correr dos trabalhos a elaboração dos projetos hidrossanitários, elétrico, telefônico e dados e combate a incêndio. Essa prática – corriqueira nas obras públicas do nosso país – termina por atropelar o planejamento arquitetônico, impossibilitando a elaboração de detalhamentos que garantam a compatibilidade entre tais projetos de engenharia, reduzindo a qualidade arquitetônica. Gera também aditivos aos orçamentos das obras, fragilizando o próprio planejamento global e andamento desejados. No caso do REUNI.UFPB, trouxe uma baixa qualidade construtiva às edificações e a paralisação de 39 canteiros de diversos portes dentro do *Campus I*, e mais 22 nos demais *campi*. As paralisações se deram a partir do olhar crítico e analítico da Controladoria Geral da União, do Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União, no exame desses processos orçamentários.

A partir de 2012 – com a finalização oficial do REUNI – as gestões seguintes da Reitoria passaram a lidar com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta entre a UFPB e os órgãos acima, no sentido de traçar um reordenamento gradual das obras paralisadas com o próprio orçamento da universidade. Enquanto esse panorama não for concluído, não se fará nova obra na UFPB. Restou às gestões se dividirem entre o replanejamento das obras e as manutenções dos conjuntos edificados. Em 2019, durante a segunda gestão da Prof^a. Margareth Diniz, partindo de uma



avaliação interna do “legado do REUNI”, compreendeu-se que a Prefeitura Universitária possuía diversas atribuições e se tornara ineficiente, levando àquela situação complexa de descontrole das obras. A solução implantada foi a extinção da PU-UFPB e a criação de seis superintendências que receberam parcelas de suas atribuições. A Superintendência de Infraestrutura, SINFRA, é aquela, pelas missões recebidas, que se assemelha mais à antiga PU-UFPB. Contudo, seu foco principal se voltou à manutenção e à retomada das obras paralisadas. Na reformulação organizacional, a Reitoria, mais uma vez, não conseguiu visualizar a necessidade de pensar o planejamento urbanístico e ambiental da Cidade Universitária, permanecendo todo o conjunto em situação de risco, recebendo intervenções desastrosas e descaracterizadoras nas edificações da primeira geração, aquela que testemunhou o início da estruturação do Ensino Público Superior na Paraíba.

O CENTRO DE TECNOLOGIA

Foi no atual Centro de Tecnologia, CT – que abriga os cursos de Engenharia e o de Arquitetura e Urbanismo – que foi colocada a pedra fundamental da construção do *Campus I* da UFPB, seguindo o Plano Piloto de Leonardo Stuckert (1961-1963). O plano buscava preservar a Mata Atlântica, ainda hegemônica no sítio, distribuindo as massas construídas nas clareiras existentes. A primeira geração de edificações da Cidade Universitária caracterizou-se pela horizontalidade e racionalidade construtiva. Os edifícios possuíam estrutura modulada em concreto, moldado *in loco*, cobertas em laje maciça de concreto sem forro, planta livre, de maneira a permitir flexibilidade na divisão dos ambientes e adaptabilidade a diferentes programas. Os materiais eram aparentes, com vedações em tijolo de furos verticais sem revestimento, esquadrias em alumínio e madeira. Esse pensamento, utilizado em toda a universidade, teve início no conjunto do atual CT. Em outras palavras, a concepção utilizada por Leonardo Stuckert na Escola de Engenharia, pautou o conceito urbanístico, arquitetônico e tectônico da primeira geração de edificações do *Campus I* da UFPB, construída até 1976.

A primeira fase: 1960 a 1976

A área escolhida por Leonardo Stuckert para a implantação do plano da Escola de Engenharia se situava no extremo sul da Cidade Universitária. Ali o arquiteto definiu um largo eixo central onde foram implantados de pronto cinco edifícios – atuais CTA a CTE – destinados a salas de aulas e laboratórios de apoio. Os prédios com um único pavimento estavam dispostos no eixo leste/oeste contando com espaços ajardinados entre eles. A oeste deste setor foram previstos um grande bolsão de estacionamento, o edifício administrativo e mais dois outros blocos – semelhantes àqueles centrais – situados no extremo sul do conjunto, pensados para salas de aula – CTF – e para as primeiras salas de professores, o CTG. A leste do eixo central, onde inicialmente havia um grande vazio, foi erguido o galpão da obra, e em seguida, as primeiras oficinas – Hidráulica e Mecânica – como suporte aos cursos de Engenharia Civil e Mecânica. O diferencial do conjunto estava no prolongamento do eixo principal, entre o prédio administrativo e o CTD e CTE. A figura 22 abaixo, mostra a obra em 1967 quando as salas de aula foram inauguradas.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figuras 22 e 23: A esquerda vista do canteiro de obras da Escola de Engenharia em 1967. À direita aspecto do Centro de Tecnologia por volta de 1972 com os primeiros edifícios concluídos.
Fonte: Prefeitura Universitária da UFPB, 2010.

Na nossa análise, importa destacar que a arquitetura planejada por Stuckert se caracterizou por soluções e elementos construtivos adequados ao clima tropical da Paraíba; utilizava-se de largas circulações avarandadas, pátios ajardinados, amplos beirais, *brise-soleils* e cobogós, além de estratégias de ventilação cruzada. A figura 23, acima, datada de 1972, traz o panorama do plano urbanístico com suas primeiras edificações em pleno funcionamento. O prédio administrativo – a oeste – com sua disposição quadrangular e pátio central; rodeado externamente por *brise-soleils* verticais, organiza-se em quatro alas destinadas às coordenações de cursos, chefias departamentais, direção do centro, mais um auditório e duas salas de conferências. O pátio central ajardinado gera um microclima favorável àqueles ambientes, além de servir de *foyer* a céu aberto para os eventos que veem ocorrendo no auditório. A Praça do CT, demarcada desde o início das obras, é um retângulo de cerca de 45m x 90m. Seu anfiteatro de formato circular – com 30 metros de diâmetro – locado em sua porção sul, possui dois suaves níveis de arquibancadas a envolver um círculo gramado, onde está o pequeno palco, também circular.

Por motivos não conhecidos, os cinco primeiros blocos de salas de aula – CTA a CTE – tiveram sua implantação invertida em relação à orientação dos ventos dominantes. Ali, o vento predominante sudeste entra nas salas por aberturas de pequenas dimensões, saindo por uma sequência de amplas janelas na fachada norte, invertendo a lógica da ventilação cruzada. A exposição solar acentuada da fachada norte termina ‘por aquecer os ambientes’¹⁷. Nos blocos CTF e CTG, construídos logo depois, a inversão foi corrigida.

Já os galpões das oficinas, não estavam demarcados no Plano Piloto, embora pareça-se natural que a área – claramente um setor a leste dos blocos CTA a CTE – receberia futuras edificações, fazendo um jogo paisagístico com os espaços livres entre aqueles blocos, alternando com as massas construídas. Mas são edifícios de aproximadamente oito metros de altura; estrutura modulada de concreto armado; coberta em telha autoportante de fibrocimento e com lanternim central; uma primeira pele de vedação em tijolos de oito furos revestidas em pastilha cerâmica branca. Sua peculiaridade aparece na segunda pele – faixa de cobogós formados por tijolos de oito furos assentados a uma vez, chegando a cinco metros de altura – possibilitando uma ampliação no pé direito interno e garantindo a ventilação cruzada (Figuras 24 e 25).

¹⁷ Posteriormente, para alcançar maior conforto térmico – e mais recentemente a climatização – foram colocados forros de gesso naqueles ambientes.



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024



Figuras 24 e 25: As Oficinas Hidráulica e Mecânica, respectivamente, com sua tipologia peculiar; no térreo as vedações e aberturas, na parte superior as quatro fachadas com seus “panos” de cobogós proporcionando a ventilação cruzada e pé-direito quase triplo. Fotos realizadas pelo autor, 2024.

O segundo período: 1977 a 1989

O segundo período de desenvolvimento do Centro de Tecnologia, assim como de todo o *Campus I* da UFPB – de 1977 a 1989 – fez parte desse movimento inicial de instalação da universidade. Ainda com um calendário de obras em curso e dotada de verbas destinadas a garantir tal situação, mas já com um número mais reduzido de canteiros de obras, a segunda geração foi implantada seguindo a lógica urbanística original, procurando introduzir uma breve verticalização, e mantendo o mesmo conceito construtivo. Contudo, é possível visualizar uma perda no detalhamento das composições e na qualidade construtiva.

Esse processo de tímida verticalização se inicia com a construção do prédio das salas de professores do CT. Erguido entre 1978 e 1980, a norte da praça e do anfiteatro, foi implantado paralelamente aos blocos de salas de aulas. Trata-se de um edifício projetado pela equipe de arquitetos da PU-UFPB, para ser replicado em quatro centros de ensino. O primeiro a ser construído, no CCHLA, definiu o partido que seria utilizado nos outros três: O pavimento térreo ocupava metade da sua extensão, gerando no outro lado uma pequena praça de convivência, sobre seus pilotis. No primeiro pavimento assumia toda a extensão. A crítica que se faz ao partido arquitetônico adotado está na coberta, segmentada por uma sequência de vigas-calhas estreitas e pouco profundas – dispostas transversalmente, no sentido norte-sul – gerando recorrentes problemas de infiltração ao longo do tempo.

O bloco do CTH foi projetado pelo arquiteto da PU-UFPB Armando Carvalho, para abrigar as salas de aula e ateliers do curso de Arquitetura e Urbanismo, iniciado em 1974. A edificação linear também é implantada no sentido leste-oeste, como os blocos anteriores de salas de aula, sendo inserida junto a um maciço de Mata Atlântica no extremo sul do CT (Figuras 26 e 27). Compõe-se de volume principal, com salas de aulas nos dois pavimentos, integradas à Mata mediante generosas aberturas e beiral a sul; circulações horizontais avarandadas a norte, juntamente com o bloco de banheiros que centralizando a escadaria. No primeiro pavimento, o arquiteto trabalhou com uma segunda pele feita de cobogós cerâmicos, protegendo as fachadas leste, sul e oeste. A planta livre do edifício permitiu posicionar os ateliers integrados, sem paredes entre si, separados apenas por suportes de madeira com seus quadros-negros, promovendo uma total permeabilidade visual e física desde o primeiro até o sexto e último atelier – um conceito ousado que procurava



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

harmonizar o espaço às desejadas experiências pedagógicas de ateliers verticais. No primeiro pavimento, sobre a laje pré-moldada da cobertura, há telhas de fibrocimento do tipo calhetão, levando as águas para largas calhas que acompanham sua extensão, a norte – acima da circulação – e a sul – formando um beiral antes da linha de cobogós.



Figuras 26 e 27: À esquerda vista aérea do bloco de aulas do curso de Arquitetura e Urbanismo, postado junto à Mata. Ao lado, vista da fachada norte. As salas do primeiro pavimento se utilizam de divisórias de fibrocimento como vedação à circulação.

Fonte da figura 26: Base do Google Earth, 2024, edição dos autores.

Fonte da figura 27: Centro de Tecnologia da UFPB, 2024.

Ainda no período de 1977 a 1989, foram construídos, a leste dos blocos CTA a CTE, mais duas oficinas, projetadas pela equipe de arquitetos da PU-UFPB: o Laboratório de Ensaaios de Materiais e Estruturas, LABEME e a Oficina de Elétrica. Ambos seguem a mesma expressão tectônica dos dois primeiros galpões projetados por Stuckert. No entanto, a organização espacial interna é bem distinta; enquanto os primeiros foram configurados como galpões propriamente ditos, sem divisórias ou lajes internas, com pé direito quase triplo¹⁸, os da segunda geração são compartimentados em várias salas, além de serem divididos por uma laje interna em térreo mais primeiro pavimento.

Vale registrar que esse segundo período apresentou-se como um primeiro momento para se planejar o processo de verticalização da Cidade Universitária, rompendo com o pensamento inicial da ocupação horizontalizada. Contudo, a construção de apenas térreo mais um pavimento, numa verticalização tímida – não somente no CT, mas em todo o *campus* – limitou as possibilidades de ampliações, reduzindo os estoques edificáveis, e demandando, para tanto, uma maior ocupação do solo, avançando sobre remanescentes de Mata Atlântica. O CTH e o Bloco dos ambientes dos professores, iniciaram a tímida verticalização no centro, hoje com cerca de 40% de suas edificações com térreo mais um ou mais dois pavimentos.

Terceiro período: 1990 a 2006

Entre 1990 e 2006, terceiro período de desenvolvimento da ocupação do *Campus I* da UFPB, passa-se a vivenciar as políticas neoliberais, diminuindo ainda mais os recursos para as universidades públicas. Percebe-se claramente o abandono das referências anteriores, desvinculando-se do pensamento urbanístico inicial – ocupando espaços verdes livres previstos originalmente desde o Plano Piloto de Stuckert. Essa geração caracteriza-se por soluções tectônicas de baixo custo, onde o planejamento arquitetônico dá lugar à resolução pragmática dos programas de necessidades apresentados. Não é de se espantar que a sua qualidade construtiva também se reduza, nas obras no CT, assim como no campus como um todo.

¹⁸ Posteriormente, entre a década de 1990 e 2010, foram inseridas lajes internas nos galpões da primeira geração – a oficina hidráulica e a mecânica.



As edificações do período são majoritariamente anexos de edifícios existentes, construídos com recursos específicos captados por pesquisadores junto a empresas governamentais (Alonso, Coutinho e Vidal 2012). São dessa fase: o anexo à Oficina Mecânica. A volumetria desenhada busca se mimetizar ao prédio principal. O anexo à Oficina Hidráulica se vale dos cobogós cerâmicos como parte da vedação externa; distancia-se do prédio principal através de pequena circulação lateral. O mesmo se pode dizer do anexo ao Laboratório de Análise de Alimentos. Já o Laboratório de Vibrações configura-se um caso à parte. Trata-se de uma construção com pórticos em concreto pré-moldado, ocupando o jardim entre as Oficinas Mecânica e Elétrica, gerando uma brutal massa edificada que destoa da qualidade compositiva dos vizinhos.

É também dessa etapa a biblioteca setorial, bloco térreo mais primeiro pavimento construído paralelamente ao bloco dos ambientes dos professores e a norte dele, com estrutura em concreto moldado *in loco*, vedação em tijolo de dois e oito furos, e coberta originalmente em duas águas com telhas cerâmicas, depois reformada para receber platibanda e telhas de fibrocimento.

Há somente um edifício dessa fase onde é possível vislumbrar um respeito à lógica urbanística originalmente introduzida. Trata-se do anexo aos blocos CTF e CTG planejados por Leonardo Stuckert. A solução é do professor Hélio Costa Lima, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Resultou na suave introdução de um pequeno edifício com forma de “U” com pequeno jardim no seu interior. O desenho do arquiteto se pautava pela horizontalidade existente. Partia do prédio administrativo – com sua fachada revestida por *brise-soleils* verticais – de onde buscava estabelecer um diálogo formal, para as fachadas do seu edifício. Resolvia o programa proposto – auditório, salas de aula e coordenação de pós-graduação – ao passo que unia os dois blocos anteriores. Utilizava-se de estrutura modulada em concreto, de tijolos aparentes e de cobogós cerâmicos (Figura 28). Lamentavelmente, durante o período seguinte, houve uma intervenção no edifício, gerando em seu jardim duas salas de aula no térreo e mais duas no primeiro pavimento (figura 29). Essa desfiguração, promovida pela Prefeitura Universitária, ficou a cargo da arquiteta urbanista Kaline Abrantes.



Figuras 28 e 29: À esquerda, o Anexo do CTF/CTG e sua composição inicial que procurava dialogar com o entorno. Do lado direito vista aérea com a intervenção do REUNI introduzindo o pequeno bloco com dois pavimentos no antigo jardim originalmente planejado.

Fonte da figura 28: Centro de Tecnologia da UFPB, 2022.

Fonte da figura 29: Base do Google Earth, 2024, edição dos autores.

O quarto período: 2007 aos dias de hoje

O início da quarta e atual fase no *Campus I* da UFPB e no CT, foi marcado, por uma profusão de novas obras, estimuladas pelas verbas advindas do Programa Reuni do Governo Federal. No



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

entanto, a maior facilidade de recursos unida à falta de planejamento agravou a situação de baixa qualidade construtiva e de ocupações indevidas dos espaços livres. O Centro de Tecnologia foi o único a organizar equipes próprias para o desenvolvimento dos projetos ligados ao REUNI. Constituíram-se no âmbito do próprio CT, subdividindo-se em três grupos, o primeiro contando com uma parceria entre assessoria do CT e PU-UFPB, o segundo, pelo Prof. Aristóteles Cordeiro Magalhães Lobo, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, e por fim, uma equipe exclusiva da PU-UFPB.

A equipe CT/PU-UFPB, projetou os blocos J, K, L e M – salas de aula e laboratórios, com térreo e dois pavimentos. Sua implantação ocupou espaços pensados por Stuckert para receber as ampliações do conjunto original no eixo central, destinado aos espaços de ensino e pesquisa. Todos os prédios se valem de organização espacial semelhante – as salas e laboratórios a sul, protegidas por largos beirais e janelas tipo basculante, garantindo a ventilação cruzada em todos os ambientes; as circulações de acesso, a norte, dotadas de panos de cobogós para amenização da insolação. O CTJ foi implantado no extremo norte, sendo o primeiro do conjunto. Já os blocos K, L e M são adições que formam um único volume em “U”, alinhados ao CTJ, porém dispostos mais a sul. Apesar de garantir a preservação das áreas ajardinadas, dos estratagemas de organização espacial e de conforto térmico, observa-se uma queda na qualidade dos materiais construtivos e acabamentos realizados.

Outra equipe da PU-UFPB projetou nessa fase o Laboratório de Química Industrial e o Núcleo de Pesquisa de Materiais, NEPEM, situados no setor das oficinas, ambos ocupando áreas planejadas como espaços verdes livres. O Laboratório de Química Industrial é uma edificação térrea entre a Oficina Mecânica e o LABEME. Já o NEPEM, prédio térreo mais primeiro pavimento, foi implantado entre o LABEME e Oficina Hidráulica. O primeiro tem expressão arquitetônica aproximada àquela dos primeiros galpões, enquanto o segundo apresenta uma composição que procura romper com a linguagem dos prédios ao seu redor, destacando-se sua cobertura metálica elevada da laje.

A obra mais controversa do REUNI no CT seguramente é o Centro Multimídia, chamado por alunos e professores de “bolo de noiva”. Com pilotis mais dois pavimentos, o edifício – do Prof. Aristóteles Cordeiro – tem corpo principal cilíndrico, com 28m de diâmetro. Seu programa inclui praça de eventos no pilotis, auditório e salas multimídia no primeiro pavimento, e salas de aula no segundo. Junto a ele, um bloco hidráulico retangular de 80m² contando com as circulações verticais. Sua estrutura em concreto armado, possui pilar central e radiais. A cobertura em telhas de fibrocimento oculta por platibanda; o bloco de apoio apresenta laje impermeabilizada. A expressão tectônica da edificação contrasta com a das construções adjacentes, pertencentes à primeira geração. Seu revestimento externo é em pastilhas cerâmicas brancas de grandes dimensões. No primeiro e no segundo pavimentos do bloco cilíndrico, as aberturas são sequências de esquadrias de correr em alumínio anodizado preto com vidro fumê. O bloco hidráulico apresenta vedação em vidro no pavimento térreo, certamente com a intenção de manter a permeabilidade visual proporcionada pelos pilotis do bloco principal.

O que torna o Centro Multimídia polêmico, além de sua desconexão formal, é sua implantação sobre a Praça Cívica do CT, atingindo parte do anfiteatro circular do CT, - um espaço livre intencional, demarcado desde o início das obras em 1963. A figura 30 mostra a relação espacial existente entre o anfiteatro – área *non aedificandi* com função de integração coletiva – entre as massas construídas à sua volta – o prédio Administrativo, os blocos de salas de aula e o edifício das salas dos professores. Inicialmente, a intenção era inserir o edifício exatamente sobre o círculo do anfiteatro. Durante o processo de aprovação, o projeto foi apresentado à comunidade acadêmica pela direção

do CT, quando um protesto de professores e estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo levou a uma revisão da implantação. O desvio para sul, minimizou um pouco o impacto da nova massa construída sobre o conjunto urbanístico e edificado, contudo, perdeu-se parte do vazio planejado (figura 31).



Figuras 30 e 31: À esquerda vista aérea do Centro de Tecnologia com sua Praça e Anfiteatro em 2009. Ao lado, o conjunto em 2023 impactado pela presença do Centro de Multimídia construído durante o REUNI.
Fonte: Base do Google Earth, 2009 e 2023, edição dos autores.

Na última década, têm ocorrido apenas obras de reforma e manutenção, com intervenções malsucedidas. Um exemplo recente dessas malogradas intervenções aconteceu no prédio Administrativo em 2020. Durante a manutenção no telhado, optou-se por mudar a coberta originalmente planejada. Erguendo-se uma platibanda de 40 cm sobre a viga de bordo que fazia o coroamento da edificação, alterando significativamente as proporções da volumetria. A manutenção também foi responsável pelo revestimento das paredes de concreto aparente, situados nas extremidades das quatro fachadas do prédio, por cerâmicas de grandes dimensões na cor azul-marinho, descaracterizando sua materialidade e sua linguagem plástica (figuras 32 e 33).



Figuras 32 e 33: Prédio Administrativo do CT em 2015 com sua volumetria original – viga de bordo fazendo às vezes de platibanda, e parede em concreto aparente marcando o acesso principal. À direita, vista atual do edifício após obra de manutenção da coberta.
Foto (Figura 32) realizada por Geórgia Ribeiro, 2015.
Foto (Figura 33) realizada pelo autor, 2024.

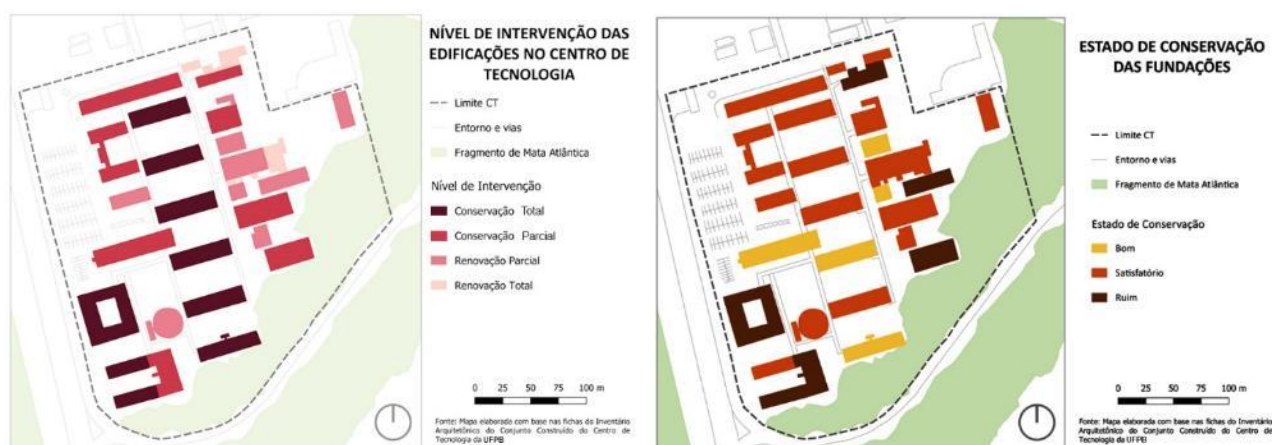
O trabalho da Assessoria de Planejamento Urbanístico do CT, APLURB-CT, desenvolvido em 2021 – inventariação de todas as edificações, informando as características básicas, o estado de conservação de seus elementos compositivos e reconhecendo o valor cultural, conforme citado, criou uma base de dados à disposição da gestão do centro. Esse conjunto de informações pode ser utilizado em duas vertentes: a primeira, voltada para a Educação Patrimonial da comunidade acadêmica, conscientizando-a do processo de evolução histórica da Cidade Universitária e da



ARQUIMEMÓRIA 6

SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

necessidade da preservação e salvaguarda de todo o conjunto; a segunda, ligada às ações da gestão administrativa, voltadas ao planejamento anual das obras. Aqui, a partir do reconhecimento do valor cultural, é possível estabelecer um plano de conservação destinado às edificações singulares – de conservação total e parcial - e um plano de manutenção, voltado às demais. A figura 34, abaixo, localiza com precisão cada uma das 26 edificações e o seu respectivo nível de intervenção – identificado com o valor cultural intrínseco. Já a figura 35 revela o estado de conservação das fundações de cada uma dessas edificações. A sistematização da base de dados teve condições de informar com precisão o estado de conservação de cada um dos elementos compositivos levantados, gerando mapeamentos semelhantes aos das figuras abaixo, facilitando a leitura das partes edificadas de todo o conjunto arquitetônico, auxiliando a gestão na tomada de decisões.



Figuras 34 e 35: Mapeamento do nível de intervenção do conjunto do CT – que coincide com o nível do valor cultural – à esquerda. Do lado oposto, uma informação detalhada: o estado de conservação das fundações de cada uma das edificações levantadas.

Fonte: elaboração do autor para a Assessoria de Planejamento Urbanístico do CT, APLURB-CT-UFPB, 2021.

A metodologia aplicada propõe uma forma de gestão diferenciada para o patrimônio construído do Centro de Tecnologia – podendo ser expandido para a Cidade Universitária, a partir de levantamento semelhante. O manejo dessas informações possui um amplo alcance, uma vez que visualiza a situação atual de cada edificação em seus elementos compositivos. Assumindo as diferenças existentes no conjunto edificado, é possível elencar prioridades e elaborar um planejamento global partindo dessa base de dados; definir planos de conservação e de manutenção, programando de forma mais eficiente as rotinas; e otimizando recursos e mão-de-obra. Esse tipo de planejamento necessita que a base de dados seja anualmente atualizada, no sentido de estabelecer o acompanhamento da edificação frente às ações executadas e aquelas ainda por fazer. O monitoramento é parte fundamental para alimentar todo o processo, desde as atualizações, passando pela fiscalização do que está sendo executado, para ter condições de elaborar projetos futuros. Percebe-se que esse é um sistema que necessita de uma coordenação descentralizada. Em outras palavras, profissionais da Superintendência de Infraestrutura, se dividiriam por centros de ensino, gerenciando o processo, aproximando-se mais dos objetos de trabalho. Abre-se espaço para cooperações técnicas com os cursos de graduação e de pós da área tecnológica, envolvendo professores e estudantes num trabalho que une ensino, pesquisa com a prática.

Formaliza-se aqui uma metodologia para salvaguarda alinhada com a gestão patrimonial. Desenha-se um rito técnico direcionado ao valor cultural, capaz de gerar não somente as normativas que



elucidem a forma de intervir, mas também a organização do planejamento da conservação e da manutenção. Essa possibilidade de gestão administrativa se volta para seus sítios – espaços livres e edificados – buscando estabelecer relações que privilegiem a preservação dos bens culturais singulares, e no nosso caso específico, definir relações de manejo com a Mata Atlântica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da década de 1930, o Governo Federal impôs-se a missão de construir o Ensino Superior Público e Gratuito criando a rede das universidades federais. O processo, prestes a completar 100 anos, tem sido acompanhado por diversos pesquisadores arquitetos urbanistas, buscando registrar essa verdadeira odisséia: a transformação da ocupação das cidades universitárias construídas em todo o país – bem como das faculdades geralmente situadas nos centros antigos das capitais. Diversas investigações no campo do Patrimônio Cultural procuram visualizar as características da paisagem como um todo, tentando compreender as nuances do processo histórico, diferenciando momentos e suas produções, estabelecendo uma leitura clara ao longo do tempo.

Tendo a Universidade Federal da Paraíba e sua Cidade Universitária como objeto, tomando como estudo de caso o Centro de Tecnologia, essa investigação buscou compreender os fatos ocorridos nos últimos 64 anos desde a fundação. A junção das informações da pesquisa histórica e os levantamentos de campo ocorridos na antiga Escola de Engenharia tornou possível o entendimento de todo esse processo de degradação por que vem passando não somente a UFPB, mas toda a rede das universidades federais. Aqui na Paraíba, de 1960 até o final da década de 1980, visualizaram-se os movimentos iniciais de construção dos conjuntos arquitetônicos em um claro diálogo com a Mata Atlântica, adotando princípios e sistemas compositivos orientados pelos fundamentos da Arquitetura Moderna, resultando numa ocupação equilibrada e rigorosamente executada. Às mudanças de orientação política a partir de 1990, sobrevém o entendimento de que a universidades federais não são mais prioridade, reduzindo-se os repasses orçamentários, levando ao abandono do pensamento urbanístico inicialmente construído e à instalação de rotinas pragmáticas para a simples resolução dos problemas isolados.

Na UFPB, o planejamento do Projeto REUNI se mostrou falho e confuso, trazendo à paisagem da Cidade Universitária dezenas de obras inacabadas. Aquelas que foram concluídas, na maioria dos casos, não dialogou com a estrutura urbanística instalada, muito menos com a Mata Atlântica. É reveladora desse processo a simplicidade das composições arquitetônicas – submetidas aos rigores das especificações de menor preço – gerando qualidade construtiva baixa, com materiais e acabamentos de menor durabilidade. A normalização dessa situação de penúria orçamentária ganhou as rotinas das universidades federais na última década.

O legado perverso do REUNI na UFPB, corroeu a organização administrativa da Prefeitura Universitária, sucessora do Escritório Técnico responsável pelo planejamento urbanístico do Campus I, extinguindo-a. A criação da Superintendência de Infraestrutura, dedicada aos processos de manutenção, reforçou o abandono do pensar a Cidade Universitária e seu planejamento. A falta de um Plano Diretor atualizado e aprovado pelo Conselho Universitário é prova incontestável desse novo *modus operandi*, instalado. A situação atual da Cidade Universitária da UFPB reverbera a precariedade da conservação dos espaços verdes livres e da grande maioria dos conjuntos arquitetônicos. Na verdade, traz claras mostras de que os processos de manutenção atuais vêm



causando graves alterações na arquitetura dos edifícios da primeira geração, representantes do movimento inicial da construção da universidade, ampliando os processos de degradação já em curso.

Aqui propõe-se a formalização de uma metodologia de salvaguarda alinhada com a gestão patrimonial. Desenha-se um rito técnico direcionado ao valor cultural, capaz de gerar não somente as normativas que elucidem a forma de intervir, mas também a organização do planejamento da conservação e da manutenção. Essa possibilidade de gestão administrativa se volta para seus sítios – espaços livres e edificados – buscando estabelecer relações que privilegiem a preservação dos bens culturais singulares, e no nosso caso específico, definir relações de manejo com a Mata Atlântica.

Essa situação de desolação atual, vivenciada pelas universidades federais, lembra os momentos iniciais da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, em 1937, quando o panorama de degradação da memória nacional levou a uma solução extrema: o tombamento compulsório de mais de 600 bens culturais individuais e de conjuntos urbanos. Esse recurso de salvaguarda, amplamente estudado, e muitas vezes rechaçado devido à maneira invasiva com que se intervém sobre o patrimônio construído, parece ser uma solução para garantir a preservação desses conjuntos urbanísticos e arquitetônicos dispersos pelo país. O IPHAN já há alguns anos vem compreendendo a necessidade de salvaguardar os frutos dos movimentos históricos ocorridos no Brasil ao longo dos séculos: a recente proteção do conjunto de fortalezas construídas na costa brasileira; as cidades da Chapada Diamantina, na Bahia, erguidas devido à exploração do diamante; o patrimônio ferroviário construído e abandonado pelos desencontros das políticas públicas. Há um rico patrimônio moderno nas cidades universitárias – fruto do trabalho de gerações de arquitetos urbanistas, suas experimentações e desejos de um país mais estruturado – verdadeiro testemunho do processo de construção do Ensino Superior Público e Gratuito no Brasil. Nesse sentido, essa investigação compreende que um processo de salvaguarda para o conjunto das Cidades Universitárias tornou-se urgente e cada vez mais necessário.

REFERÊNCIAS

Acervo Humberto Nóbrega. 2010. Centro Universitário de João Pessoa-Unipê. Núcleo de Documentação e Arquivo do Unipê.

AECI. Agencia Española de Cooperación Internacional. 2002. *Programa de Patrimonio Cultural de la Cooperación Española*. Madrid: Editorial América Ibérica.

Alberto, Klaus. 2003. *Três Projetos para uma Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). UFRJ/PROURB.

Alonso, Patrícia; Marco Antonio Coutinho; Wylanna Vidal. 2012. “Expansão no Campus da UFPB em João Pessoa: entre o diálogo e a alienação”. In *Morte e Vidas Severinas: das ressurreições e conservações (im)possíveis do patrimônio moderno no Norte e Nordeste do Brasil*, organizado por Nelci Tinem e Luiz Amorim, p. 287-303. João Pessoa: Editora Universitária UFPB.

Borde, Andréa de L. P.; Belinha, Paulo R. T. 2015. *Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário*. Rio de Janeiro: PROURB.



Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. 1987. *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa: PMJP.

Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. 1998. *Documento de Atualização dos Dados do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa: PMJP.

Costa, Lucio. 1995. *Registro de uma vivência*. Rio de Janeiro: Empresa das Artes.

Fávero, M. de Lourdes de A. 2010. *Universidade do Brasil: da origem à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2018. *Política de Patrimônio Cultural Material. Portaria 375/2018*. Brasília: Senado Federal.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf, acesso em 13/08/2024

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2001. *Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados. Manual de Preenchimento*. Brasília: Senado Federal.

Lopes, Daniele R. S. 2022. *Patrimônio Universitário da UFMG: Construção de um panorama de seus imóveis protegidos*. Belo Horizonte. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Lourenço, Maria C. França [et al.]. 2002. *Bens Imóveis Tombados ou em processo de tombamento da USP*. São Paulo: EDUSP.

Pereira, Fúlvio T. de Barros. 2008. *Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)*. Dissertação (mestrado). São Carlos. Programa de Pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP.

_____. 2017. *Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil*. São Carlos. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Segawa, Hugo. 1999. *Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936 – 1962*. RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura, n. 7, p. 38-47.

Starling, Heloísa; Duarte Regina (org.). 2009. *Cidade Universitária da UFMG: história e natureza*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. 2004. *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP*. São Paulo: EDUSP.

Universidade Federal da Paraíba. 1968. *UFPB, uma proposta espacial*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB.

Universidade Federal da Paraíba. 1969. *Campus Universitário*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB.

Universidade Federal da Paraíba. 1972. *UFPB. Campus. Plano Diretor*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB.